

ÍNDICE DA MATÉRIA

Apresentação	XXIX
--------------------	------

Teoria Geral do Direito Processual Civil

Parte I – Noções Fundamentais

Capítulo I – Conceito, História e Fontes do Direito Processual Civil

§ 1º – Direito Processual Civil	
1 – Noções gerais.....	1
2 – Definição	2
3 – Natureza	2
4 – Relações com outros ramos do Direito	3
5 – Objetivo.....	4
5-a – Novos rumos do direito processual civil	5
5-b – Universalidade dos problemas do processo moderno	6
§ 2º – História do Direito Processual Civil	
6 – Origens	8
7 – Evolução: mundo clássico. Grécia	8
8 – O processo civil romano.....	9
9 – Processo comum.....	10
10 – O processo civil moderno (fase científica).....	11
11 – Direito processual civil brasileiro	11
12 – Regulamento nº 737.....	12
13 – Códigos estaduais	13
14 – Códigos unitários.....	13
15 – O novo Código.....	13
15-a – A reforma do Código e a evolução do direito processual civil	14
15-b – A busca da efetividade da tutela jurisdicional.....	15
§ 3º – Fontes do Direito Processual Civil	
16 – Noções gerais.....	18
17 – Lei processual	19
17-a – A Constituição e os tratados.....	20
18 – A lei processual no tempo.....	20
19 – A lei processual no espaço	21
20 – Interpretação das leis processuais	22
§ 4º – Princípios Informativos do Direito Processual	
21 – Noções gerais: princípios universais.....	24
21-a – Princípios gerais específicos do direito processual civil.....	27
22 – Princípios informativos do processo: princípio do devido processo legal.....	27
22-a – Processo legal e processo justo	29
22-b – Direito e processo: instrumentalidade efetiva e celeridade procedimental.....	33

22-c. Processo justo e princípio constitucional da legalidade.....	34
23 – Princípio inquisitivo e princípio dispositivo.....	36
24 – Princípio do contraditório.....	37
25 – Princípio da recorribilidade e do duplo grau de jurisdição.....	39
26 – Princípio da boa-fé e da lealdade processual.....	40
27 – Princípio da verdade real.....	41
28 – Princípios informativos do procedimento: princípio da oralidade.....	42
29 – Princípio da publicidade.....	43
30 – Princípio da economia processual.....	43
30-a – Duração razoável do processo.....	44
31 – Princípio da eventualidade ou da preclusão.....	45

Capítulo II – Jurisdição, Processo e Ação

§ 5º – Jurisdição

32 – Imperatividade da ordem jurídica.....	47
33 – Justiça privada e justiça pública.....	47
34 – Jurisdição.....	48
35 – Características da jurisdição.....	50
36 – Imparcialidade e disponibilidade.....	52
37 – Objetivo da jurisdição.....	53
37-a – Efetividade da tutela jurisdicional.....	53
38 – Princípios fundamentais.....	54
39 – Jurisdição civil.....	55
40 – Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária.....	55
41 – Substitutivos da jurisdição.....	56
41-a – A evolução da jurisdição individual para a jurisdição coletiva.....	57
41-b – Panorama global do aprimoramento da jurisdição, na evolução do Estado de Direito..	59

§ 6º – Processo

42 – Conceito.....	62
42-a – A importância da definição e estabilização do objeto do processo.....	63
43 – Processo e procedimento.....	64
43-a – Características do procedimento.....	66
44 – Autonomia do processo.....	67
45 – Espécies de processo.....	67
46 – Funções do processo.....	68
47 – Independência dos processos.....	69
47-a – Tutela ordinária e tutelas diferenciadas.....	69
47-b – Tutela ordinária e tutela de urgência.....	70
47-c – Tutela sancionatória e tutela inibitória.....	71

§ 7º – Ação

48 – O monopólio estatal da justiça.....	72
49 – A ação: direito subjetivo à prestação jurisdicional.....	72
50 – Autonomia do direito de ação.....	73
51 – A evolução do conceito de ação.....	73
51-a – Prestação jurisdicional e tutela jurisdicional.....	75
51-b – A constitucionalização do direito de ação. Restauração do conceito de ação de direito material.....	75
52 – Condições da ação.....	76
53 – Enumeração e conceituação das condições da ação.....	77
53-a – Condições da ação estatuídas pelo Código de Processo Civil.....	79

54 – Pressupostos processuais	84
54-a – Inter-relacionamento entre pressupostos processuais, condições da ação e mérito da causa	85
55 – Classificação das ações	87
55-a – Ação e pretensão.....	88
55-b – Ação e causa	89
55-c – Elementos identificadores da causa	89
56 – A defesa do réu	91
57 – Espécies de resposta	92

Capítulo III – Elementos e Efeitos do Processo

§ 8º – Elementos do Processo	
58 – Visão dinâmica e estática do processo	93
59 – A relação processual.....	94
60 – Classificação dos elementos do processo.....	94
§ 9º – Efeitos da Relação Processual	
61 – Noções gerais.....	95
62 – Direitos processuais	95
63 – Obrigações processuais.....	95
64 – Deveres processuais.....	95
65 – Ônus processuais	96

Parte II – Sujeitos do Processo

Capítulo IV – Partes e Procuradores

§ 10 – Partes	
66 – Partes	97
67 – Nomenclatura	98
68 – Substituição processual	98
69 – Substituição de parte (alienação do bem litigioso)	100
70 – Capacidade processual	100
71 – Capacidade processual das pessoas casadas	101
72 – Curatela especial	103
73 – Representação das pessoas jurídicas e das pessoas formais	104
74 – Incapacidade processual e irregularidade de representação	105
§ 11 – Deveres e Direitos das Partes e Procuradores	
75 – Deveres.....	107
75-a – Inovação da Lei nº 10.358, de 27.12.2001	108
76 – Responsabilidade das partes por dano processual	109
76-a – Direitos.....	111
76-b – Direito especial dos litigantes idosos e portadores de doenças graves.....	111
§ 12 – Despesas e Multas	
77 – Ônus financeiro do processo.....	113
78 – Antecipação das despesas	113
79 – A sucumbência e as obrigações financeiras do processo.....	114
80 – Ressalvas aos efeitos da sucumbência	115
80-a – Extinção do processo por perda do objeto	116
81 – Sucumbência recíproca	117
82 – Realização da obrigação de pagar as despesas processuais	117

83 – Multas.....	118
84 – Honorários de advogado	118
85 – Cabimento dos honorários	118
86 – Inoperância da sucumbência.....	120
87 – Fixação dos honorários.....	121
88 – Alguns casos especiais de fixação de honorários.....	122
89 – Execução dos honorários de sucumbência.....	124
89-a – Inclusão dos honorários advocatícios no ressarcimento de perdas e danos.....	124
90 – Assistência judiciária.....	124
§ 13 – Advogados	
91 – Capacidade de postulação.....	127
92 – O mandato judicial.....	127
93 – Direitos e deveres	128
§ 14 – Substituições das Partes e Procuradores	
94 – Substituição de parte.....	130
95 – Substituição do advogado	131

Capítulo V – Pluralidade de Partes

§ 15 – Litisconsórcio	
96 – Pluralidade de partes	133
97 – Classificações.....	133
98 – Espécies de litisconsórcio	134
99 – Sistema do Código.....	135
100 – Casos legais de litisconsórcio.....	135
101 – Litisconsórcio necessário.....	137
102 – Litisconsórcio necessário não observado na propositura da ação	138
103 – Litisconsórcio facultativo recusável.....	139
104 – Posição de cada litisconsorte no processo	140
105 – Autonomia dos litisconsortes para os atos processuais	141
§ 16 – Intervenção de Terceiros	
106 – Conceito.....	143
107 – Classificações.....	143
§ 17 – Oposição	
108 – Conceito.....	145
109 – Competência	146
110 – Procedimento	146
111 – Julgamento da oposição.....	147
§ 18 – Nomeação à Autoria	
112 – Conceito.....	149
113 – Pressuposto da nomeação à autoria	149
114 – Procedimento	149
114-a – Recurso.....	150
§ 19 – Denúnciação da Lide	
115 – Conceito.....	152
115-a – Responsabilidade civil do Estado e direito regressivo contra o funcionário causador do dano	154

116 – Obrigatoriedade da denunciação da lide	156
116-a – Casos de não cabimento da denunciação da lide	157
117 – Objetivo do incidente	157
118 – Legitimação	157
119 – Procedimento	158
120 – Efeitos da denunciação da lide.....	159
120-a – Recursos	162
120-b – Execução da sentença.....	162
120-c – Execução da sentença pelo denunciante.....	163
121 – Denúncias sucessivas.....	164
§ 20 – Chamamento ao Processo	
122 – Conceito.....	167
123 – Casos de admissibilidade do incidente.....	167
124 – Procedimento	168
124-a – Chamamento ao processo nas ações do consumidor.....	169
124-b – O chamamento ao processo em caso de seguro de responsabilidade civil	169
§ 21 – Assistência	
125 – Conceito.....	172
126 – Pressupostos da intervenção	172
127 – Assistência simples e assistência litisconsorcial	173
128 – Cabimento e oportunidade da intervenção assistencial	174
129 – Procedimento.....	175
130 – Poderes e ônus processuais do assistente.....	175
130-a – Assistência provocada.....	177
130-b – O recurso de terceiro prejudicado	178

Capítulo VI – Sujeito Especial do Processo

§ 22 – O Ministério Público	
131 – Conceito.....	181
132 – Funções.....	181
133 – Natureza	182
134 – Ministério Público como parte	183
135 – Ministério Público como <i>custos legis</i>	183
136 – Ausência do Ministério Público no processo	184
137 – Órgãos do Ministério Público.....	184
138 – Princípios e garantias.....	185

Capítulo VII – Juízes

§ 23 – Competência	
139 – Conceito.....	187
140 – Distribuição da competência.....	187
141 – Classificação da competência.....	188
§ 24 – Competência Internacional	
142 – Noções gerais.....	189
143 – Espécies de competência internacional	189
144 – Competência concorrente e litispendência.....	190

§ 25 – Competência Interna	
145 – Noções gerais.....	192
146 – Competência em matéria civil	193
147 – Competência da Justiça Federal.....	193
148 – Competência das Justiças Estaduais.....	194
§ 26 – Critérios de Determinação da Competência Interna	
149 – Generalidades.....	196
150 – Competência do foro e competência do juiz.....	197
151 – Divisão da competência do foro.....	197
152 – Cumulatividade de juízos competentes.....	197
153 – <i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	197
§ 27 – Competência em Razão do Valor da Causa e em Razão da Matéria	
154 – Competência em razão do valor da causa	200
155 – Competência em razão da matéria.....	200
§ 28 – Competência Funcional	
156 – Conceito	201
157 – Classificação	201
§ 29 – Competência Territorial	
158 – Conceito	203
159 – Foro comum	203
160 – Foros subsidiários ou supletivos.....	204
161 – Foros especiais	204
162 – Ações reais imobiliárias	204
163 – Foro da sucessão hereditária e da ausência.....	205
164 – Foro da União e dos Territórios Federais.....	206
165 – Foros <i>ratione personae</i>	207
166 – Foro das pessoas jurídicas.....	208
166-a – Foro dos Estados e Municípios.....	208
167 – Foros <i>ratione loci</i> em matéria de obrigações.....	209
168 – Foro relativo à arbitragem	209
168-a – Foro do idoso.....	210
§ 30 – Modificações da Competência	
169 – Competência absoluta e competência relativa	211
170 – Prorrogação de competência	212
171 – Prorrogação legal	212
171-a – Intensidade da conexão	214
172 – Efeito prático	216
173 – Prevenção	217
174 – Outros casos de prorrogação legal.....	218
175 – Conexão entre ação penal e ação civil.....	219
176 – Prorrogação voluntária.....	220
176-a – Derrogação de foros especiais instituídos por leis de ordem pública	221
176-b – Prorrogação de competência em caso de foro de eleição ajustado em contrato de adesão	222
§ 31 – Declaração de Incompetência	
177 – Verificação de competência.....	224
178 – Exceção de incompetência.....	224
179 – Incompetência absoluta	225
179-a – Foro de eleição e declinação de competência (contrato de adesão)	225

§ 32 – Conflito de Competência	
180 – Noções gerais.....	228
181 – Procedimento do conflito.....	229
182 – Efeitos do conflito	230
Capítulo VIII – Órgãos Judiciários e Auxiliares da Justiça	
§ 33 – Organização Judiciária	
183 – O Poder Judiciário brasileiro	233
184 – Duplo grau de jurisdição	235
185 – Jurisdição extraordinária	235
186 – Competência	236
187 – Disciplina da magistratura.....	236
§ 34 – Órgãos Judiciários	
188 – Juízes.....	238
189 – Requisitos de atuação do juiz	238
190 – Garantias da magistratura	239
191 – Poderes e deveres do juiz.....	239
191-a – Atividade criativa do juiz	241
192 – Responsabilidade do juiz	242
193 – Garantia de imparcialidade do juiz	242
194 – Casuísmo legal.....	243
194-a – Juiz-testemunha	243
195 – Exclusão do juiz suspeito ou impedido.....	244
§ 35 – Auxiliares da Justiça	
196 – O juízo	245
197 – Escrivão	245
198 – Oficial de justiça.....	246
199 – Perito	247
200 – Depositário e administrador.....	247
201 – Intérprete.....	248
202 – Outros auxiliares eventuais.....	248
Parte III – Atos Processuais	
Capítulo IX – Fatos Jurídicos Processuais	
§ 36 – Atos Processuais	
203 – Conceito.....	249
204 – Agentes	250
205 – Atos do processo e atos do procedimento.....	251
206 – Classificação dos atos processuais	251
207 – Forma dos atos processuais.....	252
208 – Publicidade	253
209 – Meios de expressão.....	254
209-a – O uso de sistema de transmissão de dados.....	254
209-b – O grande programa de implantação do processo eletrônico no Brasil	256
209-c – O processo eletrônico no STF	258
§ 37 – Atos da Parte	
210 – Conceito e classificação	260
211 – Eficácia dos atos das partes	261

212 – Petições e autos suplementares	261
213 – Cotas marginais e lineares nos autos.....	261
§ 38 – Atos do Juiz	
214 – Atividade processual do juiz.....	262
215 – Atos decisórios	262
216 – Definições legais.....	263
217 – Decisão interlocutória	263
218 – Despachos	264
219 – Sentença.....	265
220 – Atos não decisórios	267
221 – Forma dos atos decisórios.....	267
§ 39 – Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria	
222 – Documentação e comunicação dos atos processuais	269
223 – Autuação.....	270
224 – Termos processuais	270
225 – Forma dos termos	270

Capítulo X – O Ato Processual no Tempo e no Espaço

§ 40 – O Tempo e o Lugar dos Atos Processuais	
226 – O tempo	273
227 – Feriados e férias forenses	274
228 – O lugar	276
§ 41 – Prazos	
229 – Disposições gerais	277
230 – Classificação	278
231 – Natureza dos prazos.....	278
232 – O curso dos prazos.....	279
233 – Contagem dos prazos: termo inicial	280
233-a – Contagem dos prazos no processo eletrônico	283
234 – Prazos para recurso.....	284
234-a – Ciência inequívoca.....	285
235 – Termo final	286
236 – Preclusão	286
237 – Prazos para as partes.....	287
238 – Prazos para o juiz e seus auxiliares	287
239 – Prazos para o Ministério Público e a Fazenda Pública	288
240 – Verificação dos prazos e penalidades: prazos dos serventuários.....	288
241 – Inobservância de prazo da parte.....	289
242 – Inobservância dos prazos do juiz	289

Capítulo XI – O Intercâmbio Processual

§ 42 – Atos de Comunicação Processual e Atos Fora da Circunscrição Territorial do Juízo	
243 – Intercâmbio processual.....	291
244 – Forma dos atos de comunicação	291
244-a – A comunicação eletrônica	292
245 – Atos processuais fora dos limites territoriais do juízo.....	292
246 – Requisitos das cartas	292
247 – Cumprimento das cartas	293

248 – Cartas urgentes.....	293
249 – Custas nas cartas	294
250 – Cartas rogatórias	294
§ 43 – Citação	
251 – Conceito.....	295
252 – Suprimento da citação	295
253 – Destinatário da citação inicial.....	296
254 – Local da citação.....	297
255 – Impedimento legal de realização da citação.....	297
256 – Modos de realizar a citação	297
257 – Citação por oficial de justiça	298
258 – Citação com hora certa	299
259 – Citação pelo Correio	300
260 – Citação por edital.....	301
260-a – Citação por meio eletrônico.....	303
261 – Responsabilidade do promovente da citação-edital	303
262 – Efeitos da citação	303
263 – Prevenção.....	304
264 – Litispendência	304
265 – Litigiosidade	304
266 – Mora	304
267 – Prescrição	305
268 – Antecipação do efeito interruptivo da prescrição.....	306
268-a – A força de interpelação reconhecida à citação.....	306
§ 44 – Intimações	
269 – Conceito.....	308
270 – Forma	308
271 – Intimação pelo escrivão ou oficial de justiça	310
272 – Aperfeiçoamento da intimação.....	311
273 – Intimação em audiência	312
274 – Intimação por edital ou com hora certa.....	312
275 – Efeitos da intimação	312
275-a – Intimação pessoal do órgão do Ministério Público, do Defensor Público e do Procurador da Fazenda Pública	313

Capítulo XII – Outros Atos Processuais

§ 45 – Registro, Distribuição e Valor da Causa	
276 – Noções introdutórias.....	315
277 – Registro	315
278 – Distribuição	315
279 – Distribuição por dependência	316
279-a – Distribuição por dependência como medida de coibição à má-fé processual.....	317
280 – Valor da causa	320
281 – Impugnação ao valor da causa	322

Capítulo XIII – Vícios do Ato Processual

§ 46 – Nulidade	
282 – Conceito.....	323
283 – Espécies de vícios do ato processual.....	323

284 – Atos inexistentes	324
284-a – Noção de nulidade	324
285 – Atos absolutamente nulos	324
286 – Atos relativamente nulos	325
287 – Nulidade do processo e nulidade do ato processual.....	326
288 – Sistema de nulidades do Código	326
289 – Nulidades cominadas pelo Código	327
290 – Nulidades da citação e intimação	328
291 – Arguição das nulidades	328
292 – Momento da arguição	328
293 – Decretação de nulidade	329
294 – Efeitos da decretação.....	329

Parte IV – Instauração, Crise e Fim do Processo

Capítulo XIV – Formação, Suspensão e Extinção do Processo

§ 47 – Introdução	
295 – Noções gerais.....	331
§ 48 – Formação do Processo	
296 – O processo.....	332
297 – Sujeitos da relação jurídico-processual	332
298 – Início do processo.....	334
299 – Formação gradual da relação processual.....	334
300 – Estabilização do processo	335
301 – Alteração do pedido.....	335
302 – Alterações subjetivas.....	335
§ 49 – Suspensão do Processo	
303 – Conceito.....	337
304 – Os casos de suspensão do processo	337
305 – Suspensão por morte ou perda de capacidade processual.....	338
306 – Suspensão por convenção das partes	339
307 – Suspensão em razão de exceção	339
308 – Suspensão por prejudicialidade	340
309 – Prejudicialidade e conexão.....	340
310 – Suspensão por motivo de força maior	341
311 – Outros casos legais de suspensão	341
312 – Férias e suspensão do processo.....	342
§ 50 – Extinção do Processo (I)	
313 – Encerramento da relação processual.....	343
314 – Extinção do processo sem julgamento do mérito.....	343
315 – Indeferimento da inicial	344
316 – Abandono da causa.....	344
317 – Ausência de pressupostos processuais	345
318 – Perempção	346
319 – Litispendência e coisa julgada.....	346
320 – Condições da ação.....	347
320-a – Perda de objeto.....	348
321 – Convenção de arbitragem	349
322 – Desistência da ação	350
323 – Intransmissibilidade da ação	351

324 – Confusão entre autor e réu	351
325 – Efeito da extinção do processo sem julgamento do mérito	351
326 – Iniciativa da extinção do processo	352
326-a – Saneamento do processo, quando o defeito for suprível.....	352
§ 51 – Extinção do Processo (II)	
327 – Extinção do processo com resolução de mérito	353
328 – Acolhimento ou rejeição do pedido	354
329 – Reconhecimento do pedido pelo réu	354
330 – Transação	355
330-a – Retratação e rescisão de transação	356
331 – Prescrição e decadência	357
331-a – A prescrição e os diversos tipos de ação	357
332 – Renúncia ao direito	358

Processo de Conhecimento

Parte V – Processo e Procedimento

Capítulo XV – Procedimento Comum e Procedimentos Especiais

§ 52 – Processo e Procedimentos de Cognição	
333 – Processo.....	361
334 – Procedimento	362
335 – Procedimentos no processo de cognição.....	362
336 – Procedimentos especiais: jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária	363
337 – Esquema do procedimento ordinário	363
338 – Fases do procedimento ordinário	364
339 – Fase postulatória.....	364
340 – Fase saneadora.....	364
341 – Fase instrutória	365
342 – Fase decisória.....	365
342-a – Adequação do procedimento	365
§ 53 – Procedimento Sumário	
343 – Causas de rito sumário	368
343-a – Elenco das causas sujeitas ao procedimento sumário	369
344 – Outras causas de procedimento sumário	371
345 – Indisponibilidade do rito sumário	371
346 – O procedimento	372
347 – A petição inicial e seu despacho	373
348 – A citação e a resposta do réu	374
349 – Audiência de conciliação	375
349-a – Audiência de instrução e julgamento	377
350 – Revelia.....	377
351 – Declaratória incidental, intervenção de terceiros, litisconsórcio e assistência.....	378
352 – Direito intertemporal	378

Parte VI – Procedimento Ordinário

Capítulo XVI – Fase de Postulação

§ 54 – Petição Inicial	
353 – Petição inicial	381
354 – Requisitos da petição inicial.....	382

355 – Despacho da petição inicial	383
356 – Casos de indeferimento da petição inicial	385
356-a – Indeferimento da petição inicial com base em prescrição	386
357 – Extensão do indeferimento	389
357-a – Julgamento imediato do pedido na apreciação da petição inicial.....	389
357-a-1 – Intimação da sentença <i>prima facie</i>	391
357-b – Recurso contra o julgamento <i>prima facie</i>	391
357-c – Preservação do contraditório e ampla defesa.....	392
358 – Efeitos do despacho da petição inicial	392
§ 55 – O Pedido	
359 – Petição inicial	393
360 – Pedido.....	393
361 – Requisitos do pedido	394
362 – Pedido concludente.....	394
363 – Pedido genérico	394
364 – Pedido cominatório	395
365 – Pedido alternativo	396
366 – Pedidos sucessivos	397
367 – Pedido de prestações periódicas	397
368 – Pedido de prestação indivisível	397
369 – Pedidos cumulados	397
370 – Espécies de cumulação de pedidos.....	398
371 – Interpretação do pedido.....	399
372 – Aditamento do pedido	399
372-a – Modificação do pedido.....	400
372-b – Antecipação de tutela no processo de conhecimento.....	401
372-c – Fungibilidade das medidas cautelares e antecipatórias.....	403
372-d – A efetivação da tutela antecipada	405
372-e – Tutela antecipada parcial	407
372-f – Recurso manejável diante do deferimento da tutela antecipada	408
§ 56 – A Resposta do Réu	
373 – A defesa do réu.....	410
374 – A resposta do réu	410
375 – Espécies de defesa.....	411
376 – Defesa processual	411
377 – Defesa de mérito	412
378 – Reconvenção.....	412
379 – Síntese	413
§ 57 – Contestação	
380 – Conceito.....	414
381 – Conteúdo e forma da contestação	414
382 – Ônus da defesa especificada.....	415
383 – Preliminares da contestação.....	416
384 – Conhecimento <i>ex officio</i> das preliminares	418
385 – Réplica ou impugnação do autor.....	418
§ 58 – Exceções	
386 – Conceito.....	419
387 – Prazo.....	419
388 – Efeito da exceção.....	420

389 – Exceção de incompetência. Cabimento	421
390 – Procedimento	421
391 – Exceções de impedimento e de suspeição	422
§ 59 – Reconvenção	
392 – Conceito	426
393 – Pressupostos da reconvenção	426
393-a – Reconvenção e compensação	429
394 – Procedimento	430
394-a – Reconvenção sem contestação	431
395 – Extinção do processo principal.....	431
§ 60 – Revelia e Reconhecimento do Pedido	
396 – Revelia.....	432
397 – Os efeitos da revelia	433
398 – Alteração do pedido	435
399 – Reconhecimento da procedência do pedido	435
Capítulo XVII – Fase de Saneamento	
§ 61 – Providências Preliminares	
400 – Conceito	437
401 – Réplica do autor	437
402 – Revelia e provas	438
403 – Intervenção do Ministério Público.....	438
404 – Ação declaratória incidental.....	439
405 – Outras providências preliminares	440
§ 62 – Julgamento conforme o Estado do Processo	
406 – Conceito.....	441
407 – Extinção do processo.....	442
408 – Julgamento antecipado da lide.....	442
408-a – Audiência preliminar	443
§ 63 – Saneamento do Processo	
409 – Despacho saneador	447
410 – Cabimento.....	447
411 – Conteúdo.....	448
412 – Efeito preclusivo.....	449
413 – Formas do despacho saneador.....	449
Capítulo XVIII – Fase Probatória	
§ 64 – A Prova	
414 – Conceito.....	451
415 – Características da prova	452
416 – Objeto da prova.....	453
417 – Finalidade e destinatário da prova	455
418 – Valoração da prova.....	455
419 – O sistema do Código	456
420 – Poder de instrução do juiz	457
421 – Ônus da prova.....	460
422 – Sistema legal do ônus da prova	461

422-a – Conflito de versões sobre o fato constitutivo do direito do autor	462
422-b – Distribuição dinâmica do ônus da prova	462
422-c – Ônus da prova nas ações do consumidor.....	465
423 – Convenção sobre ônus da prova	466
424 – Meios de prova	466
424-a – Prova por presunção.....	467
424-b – Presunção legal e ficção legal.....	468
425 – Procedimento probatório	469
426 – Instrução por meio de carta	470
427 – Dever de colaboração com a Justiça	471
§ 65 – Depoimento Pessoal	
428 – Conceito.....	472
429 – Sanção decorrente do ônus de prestar depoimento pessoal	472
430 – Legitimação para o depoimento.....	473
431 – Objeto do depoimento pessoal.....	473
432 – Procedimento	473
§ 66 – Confissão	
433 – Conceito.....	475
434 – Requisitos da confissão.....	476
435 – Classificações.....	476
436 – Efeitos da confissão	477
437 – Indivisibilidade da confissão.....	477
438 – Valor da confissão extrajudicial.....	478
§ 67 – Exibição de Documento ou Coisa	
439 – Conceito.....	479
440 – Oportunidade da medida	479
441 – Legitimação	480
442 – Procedimento e efeitos da exibição requerida contra parte.....	480
443 – Procedimento e consequências da exibição requerida contra terceiro.....	482
§ 68 – Prova Documental	
444 – Conceito.....	486
445 – Força probante dos documentos	487
446 – Documentos públicos.....	487
447 – Documentos particulares	489
448 – Valor probante do documento particular.....	490
449 – Telegramas, cartas, registros domésticos	491
450 – Livros comerciais.....	492
450-a – Documentos arquivados em meio eletromagnético.....	493
451 – Reprodução de documentos particulares.....	493
452 – Reproduções mecânicas de coisas ou fatos	494
453 – Documentos viciados em sua forma.....	495
454 – Falsidade documental.....	496
455 – Espécies de falsidade	496
456 – Ônus da prova.....	497
457 – O incidente de falsidade.....	498
458 – Procedimento do incidente de falsidade	498
458-a – Facultatividade do incidente de falsidade.....	500
459 – Produção da prova documental	501
460 – Desentranhamento de documentos	502

§ 69 – Prova Testemunhal	
461 – Conceito	504
462 – Valor probante das testemunhas	504
463 – Direitos e deveres da testemunha	506
464 – A produção da prova testemunhal.....	509
464-a – Inovação do procedimento da prova testemunhal (Lei nº 10.358, de 27.12.2001) ..	513
§ 70 – Prova Pericial	
465 – Conceito	514
466 – Admissibilidade da perícia.....	515
467 – O perito	517
468 – O procedimento da prova pericial	517
469 – Valor probante da perícia	520
470 – Nova perícia	521
§ 71 – Inspeção Judicial	
471 – Conceito	523
472 – Procedimento	523
§ 72 – Audiência de Instrução e Julgamento	
473 – Audiência	525
474 – Características da audiência.....	525
475 – Atos preparatórios	527
476 – Adiamento da audiência	527
477 – Antecipação de audiência	529
478 – Conciliação.....	529
479 – Procedimento da conciliação	531
480 – Instrução e julgamento.....	531
481 – Documentação da audiência.....	533
Capítulo XIX – Fase Decisória	
§ 73 – Noções Introdutórias	
482 – Conceito de processo	535
483 – Conteúdo e finalidade do processo	535
§ 74 – Sentença	
484 – Definição legal e classificação doutrinária	537
485 – Natureza da sentença definitiva.....	538
486 – Função da sentença definitiva.....	539
486-a – Função da sentença terminativa	540
§ 75 – Estrutura e Formalidades da Sentença	
487 – Conteúdo da sentença	541
488 – Relatório.....	541
489 – Motivação.....	542
490 – Dispositivo da sentença.....	543
491 – Condições formais da sentença	543
492 – Clareza.....	544
493 – Precisão	544
493-a – A precisão da sentença que tenha por objeto obrigação de fazer ou não fazer	545
493-a-1 – Regras especiais de tutela às obrigações de entrega de coisa.....	547
493-a-2 – Regras especiais de tutela das obrigações de quantia certa	548

493-a-3 – Sentença condenatória ilíquida	549
493-b – Princípio da demanda e princípio da congruência.....	549
494 – Publicação e intimação da sentença	550
495 – Efeitos da publicação.....	551
496 – Correção e integração da sentença	552
496-a – Nulidade da sentença <i>ultra petita</i> , <i>citra petita</i> e <i>extra petita</i>	553
496-b – Interpretação da sentença.....	554
§ 76 – Classificação das Sentenças	
497 – Classificações.....	557
498 – Sentenças declaratórias.....	558
499 – Sentenças condenatórias.....	558
500 – Sentença constitutiva.....	560
501 – Momento de eficácia da sentença.....	561
502 – Multiplicidade de efeitos da sentença.....	561
§ 77 – Efeitos da Sentença	
503 – Conceito.....	562
504 – Entrega da prestação jurisdicional	562
504-a – Classificação das sentenças quanto aos efeitos	563
505 – Hipoteca judiciária	564
506 – Outros efeitos secundários da sentença	565
§ 78 – Coisa Julgada	
507 – A conceituação de coisa julgada no novo Código	566
507-a – Sentença, efeitos e coisa julgada.....	567
507-b – Coisa julgada administrativa.....	569
507-c – Coisa julgada total e parcial.....	570
508 – Coisa julgada formal e material.....	572
508-a – Terminologia do julgamento de mérito.....	574
509 – Fundamento da autoridade da coisa julgada.....	575
510 – Arguição da coisa julgada	576
510-a – Dimensões possíveis da exceção de coisa julgada	576
510-b – Efeitos positivos e negativos da coisa julgada	577
511 – Preclusão	578
§ 79 – Limites da Coisa Julgada	
512 – Limites objetivos	581
513 – Motivos da sentença	583
514 – Verdade dos fatos.....	585
515 – Questões prejudiciais.....	586
516 – Questões implicitamente resolvidas.....	587
516-a – A eficácia preclusiva da coisa julgada.....	588
517 – Duplo grau de jurisdição (remessa <i>ex officio</i> ou reexame necessário)	590
517-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre reexame necessário.....	591
518 – Limites subjetivos	593
518-a – Expansão dos limites subjetivos para além das partes do processo.....	595
518-b – Coisa julgada nas ações coletivas.....	596
519 – Causas de estado	598
520 – Relações jurídicas continuativas e outros casos de rejuvimentos	598
520-a – Limites temporais da coisa julgada.....	599
520-b – Extensão da coisa julgada ao terceiro adquirente do bem litigioso	599
521 – Execução forçada e coisa julgada	601

Parte VII – Recursos

Capítulo XX – Sistema Recursal do Processo Civil

§ 80 – Recursos	
522 – Conceito.....	603
523 – Fundamento do direito de recurso.....	604
524 – Atos sujeitos a recurso.....	605
525 – Recursos admissíveis.....	605
525-a – Reclamação.....	606
526 – Correição parcial.....	607
526-a – A técnica de julgamento dos recursos.....	608
526-b – <i>Reformatio in pejus</i>	609
§ 81 – Princípios Gerais dos Recursos	
527 – Duplo grau de jurisdição.....	610
528 – Legitimação para recorrer.....	611
528-a – Particularidades do recurso de terceiro.....	612
529 – Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	612
530 – Pressupostos objetivos do recurso.....	613
531 – Recorribilidade da decisão.....	613
532 – Tempestividade.....	613
532-a – Recurso interposto antes da publicação do julgado.....	615
532-b – Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	617
533 – Casos especiais de interrupção do prazo de recurso.....	617
534 – Singularidade do recurso.....	618
535 – Adequação e fungibilidade dos recursos.....	618
536 – Preparo.....	620
537 – Motivação e forma.....	621
537-a – Efeitos do recurso.....	621
537-b – Efeito substitutivo.....	622
538 – Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	622
539 – Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	623
540 – Recurso adesivo.....	624
540-a – Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	625
540-b – A recorribilidade necessária da decisão singular do relator.....	627
§ 82 – A Apelação	
541 – Conceito.....	629
541-a – A nova definição de sentença e sua repercussão na esfera recursal.....	630
542 – Interposição da apelação.....	632
543 – Efeitos da apelação.....	633
543-a – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito devolutivo da apelação.....	637
543-a-1 – Questão de fato e questão de direito.....	638
543-a-2 – Polêmica acerca da inovação operada no § 3º do art. 515.....	639
543-a-3 – Prescrição e decadência.....	641
543-a-4 – A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	642
543-b – Inovação da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, a respeito do efeito suspensivo da apelação.....	643
544 – Recebimento da apelação.....	643
544-a – A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF.....	644

544-b – Juízo de retratação: reexame dos pressupostos de admissibilidade da apelação já recebida	645
544-c – Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator	646
545 – Deserção	646
546 – Prazo para interposição da apelação	648
547 – Julgamento em segunda instância	648
§ 83 – Agravo	
548 – Conceito	650
549 – Espécies de agravo	651
550 – Agravo retido	652
550-a – Agravo retido interposto oralmente	653
550-b – Juízo de retratação no agravo retido	654
550-c – Agravo retido após a sentença	654
551 – Agravo de instrumento	655
551-a – Formação do instrumento do agravo	657
552 – Efeitos do agravo de instrumento	658
553 – Processamento do agravo de instrumento	659
553-a – Inovações registradas a partir das Leis nºs 10.352/2001 e 11.187/2005	661
554 – O contraditório	662
554-a – Outras observações sobre o atual regime do agravo de instrumento	663
554-b – Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	664
§ 84 – Embargos Infringentes	
555 – Conceito	667
556 – Processamento	669
557 – Embargos adesivos	669
557-a – Outras observações sobre os embargos infringentes	670
557-b – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os embargos infringentes	670
557-c – Legitimação para embargar	671
557-d – Particularidades dos embargos infringentes em face da exceção de prescrição	672
§ 85 – Embargos de Declaração	
558 – Conceito	675
559 – Pressupostos dos embargos de declaração	675
560 – Procedimento	677
561 – Efeito interruptivo	677
561-a – Efeito suspensivo	678
562 – Embargos manifestamente protelatórios	678
§ 86 – Uniformização da Jurisprudência	
563 – Recurso de revista	682
564 – Uniformização da jurisprudência	682
565 – Pressupostos do incidente	682
566 – Legitimação para a provocação do incidente	683
567 – Apreciação do incidente	684
567-a – A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais	684
568 – Súmula jurisprudencial	686
568-a – Súmula vinculante	686
568-b – Regulamentação da súmula vinculante	687
§ 87 – Recursos para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça	
569 – Introito	691

570 – Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal	692
571 – Recurso extraordinário.....	692
572 – Pressupostos do recurso extraordinário.....	693
572-a – Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário	695
572-b – Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral	697
572-c – Procedimento no STF.....	697
572-d – Reflexos do reconhecimento da falta de repercussão geral	698
572-e – O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	699
572-f – Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	701
572-g – Recursos manejáveis contra as decisões locais, após o pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a arguição de repercussão geral	701
573 – Função do recurso extraordinário	702
574 – Efeitos do recurso extraordinário	702
574-a – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso extraordinário	703
575 – Processamento do recurso extraordinário	704
575-a – Agravo nos próprios autos contra a inadmissão do recurso extraordinário	705
575-b – O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	707
575-c – O recurso extraordinário por via eletrônica	708
575-d – Julgamento do recurso e julgamento da causa	708
576 – Poderes do relator.....	710
576-a – Recursos para o Superior Tribunal de Justiça	711
576-b – Recurso especial.....	712
576-c – Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988	713
576-d – Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988	713
576-e – Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	718
576-f – Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial	718
576-g – O recurso especial e as causas repetitivas	719
576-h – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem ..	720
576-i – Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ	721
576-j – Efeitos do acórdão da Seção ou da Corte Especial do STJ nas causas repetitivas	722
576-l – Regulamentação regimental e direito intertemporal nas causas repetitivas.....	723
576-m – Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	723
576-n – Concomitância de embargos infringentes e recursos para o Supremo Tribunal Federal ou Superior Tribunal de Justiça	724
576-o – Embargos admissíveis nos julgamentos do Superior Tribunal de Justiça.....	726
576-p – Embargos perante o Supremo Tribunal Federal.....	728
576-q – Reclamação perante o STF e o STJ.....	728
576-r – Recurso especial ou extraordinário retido.....	731
576-s – Destrancamento dos recursos retidos.....	733
576-t – Força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal.....	733
§ 88 – Direito Intertemporal em Matéria de Recursos	
577 – Posição do novo Código	737
578 – Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos.....	737

Parte VIII – O Processo nos Tribunais

Capítulo XXI – Noções Gerais

§ 89 – O Processo nos Tribunais	
579 – Duplo grau de jurisdição	739
580 – Competência dos tribunais.....	739
581 – Características dos processos de competência originária dos tribunais	740

582 – Casos de competência originária dos tribunais	740
583 – Posição da matéria no novo Código de Processo Civil	742
584 – O funcionamento dos tribunais	742
585 – O sistema de julgamento dos tribunais	743
585-a – Inovações da Lei nº 10.352, de 26.12.2001, sobre os julgamentos pelos tribunais ...	745
585-b – Adiamento e retomada do julgamento de tribunal	746
§ 90 – Homologação de Sentença Estrangeira	
586 – A eficácia da sentença estrangeira	749
587 – O sistema nacional	749
588 – A homologação da sentença estrangeira	750
589 – Natureza da decisão homologatória	751
590 – O procedimento	752
591 – A execução	752
§ 91 – Declaração de Inconstitucionalidade	
592 – O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	753
593 – Regulamentação legal	753
594 – O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais	754
595 – Objeto da arguição de inconstitucionalidade	755
596 – Iniciativa de arguição	755
597 – Momento da arguição	755
598 – Competência para apreciar o cabimento do incidente	755
599 – O julgamento da arguição	756
§ 92 – Ação Rescisória	
600 – Conceito	759
601 – Pressupostos	761
602 – Casos de admissibilidade da rescisória	763
603 – Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 485, I)	764
604 – Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 485, II)	765
605 – Dolo da parte vencedora (art. 485, III)	765
606 – Colusão para fraudar a lei (art. 485, III)	766
607 – Ofensa à coisa julgada (art. 485, IV)	766
608 – Violação de literal disposição de lei (art. 485, V)	767
608-a – Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 485, V)	768
609 – Falsidade de prova (art. 485, VI)	769
610 – Documento novo (art. 485, VII)	770
611 – Confissão, desistência ou transação inválidas (art. 485, VIII)	771
612 – Erro de fato (art. 485, IX)	771
613 – Atos judiciais não sujeitos à ação rescisória	772
613-a – Sentença homologatória em processo contencioso	774
614 – Legitimação	775
614-a – Competência	776
615 – O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	777
616 – Multa de 5% sobre o valor da causa	777
617 – A execução da sentença rescindenda	778
618 – Indeferimento da inicial	779
619 – Procedimento	779
620 – Natureza e conteúdo da decisão	780
620-a – A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé	781
620-b – Preservação de efeitos da sentença rescindida	784
621 – Rescisória de rescisória	784

622 – Prazo de propositura da ação rescisória.....	785
622-a – Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	787
622-b – A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	790
622-c – Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	792
623 – Sentença nula de pleno direito	792
Bibliografia	797
Índice Onomástico.....	813
Índice Alfabético de Assuntos	817
Índice dos Fluxogramas.....	845

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Professor Titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG.

Desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Membro da comissão de juristas encarregados pelo Senado Federal da elaboração do Anteprojeto do novo Código de Processo Civil brasileiro.

Doutor. Advogado (Parecerista).

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume II*

54^a
edição

revista e
atualizada

Procedimentos Especiais

Codificados (de Jurisdição Contenciosa e de Jurisdição Voluntária) e de Legislação Extravagante



- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição (impressão e apresentação a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo). Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoa ou bens, decorrentes do uso da presente obra.
- Nas obras em que há material suplementar *on-line*, o acesso a esse material será disponibilizado somente durante a vigência da respectiva edição. Não obstante, a editora poderá franquear o acesso a ele por mais uma edição.
- Todos os direitos reservados. Nos termos da Lei que resguarda os direitos autorais, é proibida a reprodução total ou parcial de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, fotocópia e gravação, sem permissão por escrito do autor e do editor.

Impresso no Brasil – *Printed in Brazil*

- Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa
Copyright © 2020 by
EDITORA FORENSE LTDA.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ
Tel.: (21) 3543-0770 – Fax: (21) 3543-0896
faleconosco@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br
- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998). Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 1985

54ª edição – 2020

- Capa: Danilo Oliveira
- Data de fechamento: 01.11.2019
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

T355c

Theodoro Júnior, Humberto

Curso de Direito Processual Civil – vol. II / Humberto Theodoro Júnior. – 54. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-309-8781-7

1. Direito processual civil - Brasil. I. Título.

19-59768

CDU: 347.9(81)

Índice da Matéria

PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

Parte I – Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa

CAPÍTULO I – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

§ 1º	Generalidades	3
1.	Introdução	3
2.	Razão de ser dos procedimentos especiais	4
3.	Casuísmo do Código	6
4.	Técnicas de especialização procedimental	7
5.	Complementação das regras procedimentais	8
6.	Pressupostos dos procedimentos especiais	9
7.	Erro na adoção do procedimento	10
8.	Ações especiais suprimidas pelo CPC/2015	12
8.1.	A instituição do reconhecimento de usucapião pela via administrativa...	16
8.2.	Requerimento e documentação	17
8.3.	Notificações	18
8.4.	Notificação por meio eletrônico	18
8.5.	Notificação por edital	18
8.6.	Conclusão do procedimento	19

CAPÍTULO II – AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

§ 2º	Os fundamentos do depósito em consignação	21
9.	O direito de pagar	21
10.	A liberação natural e a liberação forçada do devedor	22
11.	A ação de consignação em pagamento	23
12.	Histórico da consignação em pagamento	23
§ 3º	O procedimento da consignação em pagamento	25
13.	Natureza do instituto da consignação	25
14.	Natureza processual da ação de consignação	26

15.	Prestações passíveis de consignação	26
16.	Cabimento da consignação	27
17.	Liquidez da prestação devida.....	28
18.	Consignação principal e incidental.....	32
19.	Legitimação <i>ad causam</i>	34
20.	Competência	36
21.	Consignação no local em que se acha a coisa devida	37
22.	Oportunidade da consignatória	38
23.	Objeto da consignação.....	41
24.	Obrigação de prestações periódicas.....	42
25.	Limite temporal da admissibilidade do depósito das prestações periódicas.....	43
26.	Quebra da sequência de depósitos periódicos.....	44
27.	O procedimento especial da consignatória	45
28.	Obrigações alternativas e obrigações genéricas.....	47
29.	Valor da causa	48
30.	Resposta do demandado.....	48
31.	Comparecimento do credor para receber	48
32.	Não comparecimento e revelia do demandado	50
33.	Levantamento do depósito pelo devedor	51
34.	Contestação	52
35.	Matéria de defesa	53
36.	Complementação do depósito insuficiente.....	54
37.	Sentença.....	57
38.	Consignação em caso de dúvida quanto à titularidade do crédito	58
39.	Particularidades da consignação por dúvida	59
40.	A posição dos possíveis credores.....	60
41.	Resgate da enfiteuse	62
42.	A consignação de aluguéis e outros encargos locatícios	63
43.	A consignação de obrigação em dinheiro	66
44.	Conflito entre consignação em pagamento e execução forçada.....	67

CAPÍTULO III – AÇÃO DE EXIGIR CONTAS

§ 4º	Generalidades	71
45.	Introito	71
46.	Objetivo da ação de exigir contas.....	71
47.	Ação de dar e ação de exigir contas	72
48.	A natureza da ação de exigir contas.....	74
49.	Cabimento	74
50.	Prestação de contas e prescrição.....	78

51.	Legitimação e interesse	79
52.	Prestação de contas dos administradores judiciais	81
53.	Sociedade e prestação de contas	82
54.	Ações matrimoniais e prestação de contas.....	83
54-A.	Prestação de contas entre filho e genitor, em caso de usufruto legal.....	84
55.	Prestação de contas entre condôminos.....	85
55-A.	Prestação de contas do banco ao correntista	86
56.	Organização das contas	88
57.	Prova das contas	88
§ 5º	Procedimento da ação de exigir contas	90
58.	Ação de exigir contas	90
59.	Procedimento da primeira fase.....	90
60.	Reconvenção	92
61.	Decisão da primeira fase	92
62.	Procedimento da segunda fase	94
63.	Contas elaboradas pelo autor.....	95
64.	Sucumbência	97
§ 6º	Execução no procedimento de exigir contas	99
65.	Sentença e execução	99

CAPÍTULO IV – AÇÕES POSSESSÓRIAS

§ 7º	Generalidades	103
66.	A posse e seus efeitos	103
67.	A razão da tutela possessória	104
68.	O instituto da posse e a paz social.....	106
69.	O aspecto temporal da posse (fato duradouro e não transitório).....	108
70.	Natureza jurídica da posse	109
71.	Requisitos da tutela possessória.....	113
	71.1. Posse de particular sobre bem público	116
	71.2. Posse e detenção. Direito de retenção.....	117
§ 8º	Os interditos possessórios de manutenção, reintegração e proibição	119
72.	Origem dos interditos possessórios	119
73.	As ações possessórias	120
74.	Competência	121
75.	Legitimação ativa.....	122
76.	Legitimação passiva.....	123
77.	Petição inicial	124

78.	Procedimento: as ações de força nova e força velha	125
79.	Invasões coletivas de imóvel	126
80.	Medida liminar possessória	128
81.	A decisão sobre a liminar	130
82.	A sentença possessória.....	131
83.	Posse de coisas e posse de direitos.....	133
83-A.	Posse de bens públicos.....	135
84.	O petitório e o possessório.....	136
85.	A exceção de propriedade no juízo possessório.....	140
86.	Esclarecimento de um equívoco histórico a propósito da <i>exceptio proprietatis</i> no direito luso-brasileiro.....	142
87.	Natureza dúplice das ações possessórias	144
88.	Liminar em favor do réu.....	145
89.	Natureza real das ações possessórias	147
90.	Natureza executiva do procedimento interdital	149
90.1.	Reintegração inviabilizada. Conversão em perdas e danos	152
91.	Cumulação de pedidos	153
92.	Interdito proibitório	154
§ 9º	Alguns incidentes registráveis nos interditos.....	156
93.	Embargos de terceiro	156
94.	Medida liminar e mandado de segurança.....	158
95.	Embargos de retenção.....	158
96.	Nomeação à autoria e denunciação da lide.....	159

CAPÍTULO V – AÇÃO DE DIVISÃO E DA DEMARCAÇÃO DE TERRAS PARTICULARES

§ 10.	Generalidades	165
97.	Introdução	165
98.	Conceito das ações especiais em análise	166
99.	Cumulação de ação divisória com ação demarcatória	166
100.	Temas novos.....	167
101.	Divisão e demarcação consensuais.....	167
102.	O georreferenciamento e a prova pericial	169
103.	Sucumbência e honorários advocatícios	170
§ 11.	Ação de demarcação	172
104.	A ação de demarcação e seu procedimento. Petição inicial.....	172
105.	Objeto da ação	173
106.	Competência para as ações do juízo divisório.....	180
107.	Legitimação ativa para o procedimento demarcatório.....	181

108.	Legitimação ativa de condômino	183
109.	Legitimação passiva.....	184
110.	Citação do confinante demandado	185
111.	Contestação	186
112.	Prazo de contestação	188
113.	Prova pericial	189
114.	A primeira sentença da ação demarcatória (encerramento da fase de acerto ou cognição).....	190
115.	Procedimento executivo (segunda fase da ação).....	192
116.	A conclusão do procedimento demarcatório.....	193
117.	Natureza e força das duas sentenças da ação demarcatória	194
118.	Cumprimento da sentença em face dos confinantes	195
§ 12.	Ação de divisão	197
119.	Ação de divisão. Petição inicial.....	197
120.	Objeto da ação	197
121.	Objetivo da ação de divisão regulada pelo CPC.....	198
122.	Competência	199
123.	Legitimação ativa.....	200
124.	Legitimação passiva.....	202
125.	Procedimento. Citação.....	204
126.	Contestação	204
127.	Revelia	206
128.	Prova pericial	207
129.	Auto de divisão e sentença homologatória	211
130.	Aplicação de regras da demarcatória à ação de divisão.....	212
131.	A coisa julgada na ação de divisão	213
132.	Cumprimento da sentença de divisão (execução forçada)	215
133.	Terceiro prejudicado pela ação de divisão. Benfeitorias dentro da área dividenda ...	215
134.	Usurpação de terrenos de vizinhos da área dividenda	217

CAPÍTULO VI – DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE

§ 13.	Da ação	223
135.	Introito	223
	135.1. Sociedades simples	224
136.	Normas processuais atinentes à dissolução da sociedade	225
137.	Objetivo	227
138.	Legitimidade	228
139.	Cabimento	231
140.	Exclusão de sócio por quebra da <i>affectio societatis</i>	233

141.	Competência	235
142.	Procedimento.....	235
143.	A resolução da sociedade	241
144.	Apuração dos haveres	241
145.	Critérios para apuração dos haveres	242
146.	Execução da sentença.....	246
147.	A dissolução parcial de sociedade anônima	247
147-A.	Dissolução parcial de sociedade e cláusula compromissória (juízo arbitral)	249

CAPÍTULO VII - INVENTÁRIO E PARTILHA

§ 14. Disposições gerais	253
148. Introito	253
149. Caráter contencioso do inventário	254
150. Inventário e partilha por via administrativa	255
151. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre o inventário extrajudicial	258
152. Execução da partilha por via administrativa	260
153. Inventário negativo.....	261
154. Competência	262
154.1. Prevenção de competência, no caso de ajuizamento de mais de um inventário sobre a mesma herança	263
155. Universalidade do foro sucessório	264
156. Questões solucionáveis no juízo sucessório	265
157. Administração da herança	266
158. O inventariante	267
159. Encargos do inventariante	269
160. Remoção do inventariante	271
161. Legitimação para promover o inventário	273
§ 15. Inventário judicial	275
162. Procedimento.....	275
163. Petição inicial	275
164. Primeiras declarações	276
165. Citações e interveniências	277
166. Impugnação dos citados	279
167. Herdeiro omitido nas declarações do inventariante	280
168. Avaliação.....	282
169. Últimas declarações.....	283
170. Cálculo do imposto <i>causa mortis</i>	284
171. Colações.....	285
172. Sonegados.....	286
173. Pagamento de dívidas do morto.....	287

§ 16. Partilha	290
174. Espécies de partilha.....	290
175. Partilha judicial. Deliberação.....	290
176. Esboço e lançamento da partilha.....	293
177. A sentença da partilha	294
178. O formal de partilha.....	295
179. Emenda ou retificação da partilha	296
180. Pacto de não partilhar.....	297
§ 17. Invalidação da partilha	300
181. Ação de anulação e ação rescisória de partilha	300
182. Conceituação de partilha judicial.....	300
183. Conceituação de partilha amigável	303
184. Casuísmo da rescisória de partilha	304
185. Ação de nulidade de partilha	305
186. Ação de petição de herança.....	307
§ 18. Arrolamento	309
187. Simplificação do inventário	309
188. Arrolamento sumário do art. 659 (por deliberação voluntária dos interessados) ...	309
189. Arrolamento comum do art. 664 (por imposição da lei)	312
190. Lei nº 6.858, de 24.11.1980.....	313
190.1. Benefícios previdenciários	314
191. Inventário administrativo.....	315
§ 19. Disposições comuns	316
192. Medidas cautelares	316
193. Sobrepartilha.....	317
194. Curatela especial ao herdeiro.....	318
195. Inventários cumulados.....	318
196. Honorários de advogado	319
197. Extinção do processo por paralisação da causa.....	320
198. Assistência judiciária.....	320
199. Terceiros prejudicados	321

CAPÍTULO VIII – EMBARGOS DE TERCEIRO

§ 20. Generalidades	329
200. Conceito.....	329
201. Natureza jurídica	330
202. Requisitos	331

203.	Ato judicial atacável	333
203-A.	Posse direta e posse indireta, em embargos de terceiro	335
204.	Penhora de bem alienado em fraude contra credores	336
205.	Embargos a atos do juízo divisório	337
205-A.	Embargos de terceiro e desconsideração da personalidade jurídica	338
206.	Embargos do credor com garantia real.....	339
206-A.	Embargos do credor com garantia de alienação fiduciária.....	341
207.	Embargos e mandado de segurança.....	342
§ 21.	Procedimento.....	345
208.	Legitimação ativa.....	345
209.	Legitimação ativa do prestador de garantia real a dívida de terceiro	348
210.	Legitimação ativa de quem participou do processo primitivo	349
211.	Legitimação passiva.....	352
212.	Oportunidade	353
213.	Competência	355
214.	Procedimento.....	356
215.	Sentença.....	359
215-A.	Verbas sucumbenciais. Princípio da causalidade.....	361

CAPÍTULO IX - OPOSIÇÃO

§ 22.	A ação especial de oposição	365
216.	Introdução	365
217.	Conceito.....	366
218.	Cabimento e extensão	367
219.	Oportunidade da oposição.....	368
220.	Conexão das causas.....	369
221.	Competência	370
222.	Procedimento.....	370
223.	Julgamento da oposição.....	371

CAPÍTULO X - HABILITAÇÃO

§ 23.	Procedimento da substituição da parte falecida.....	373
224.	Conceito.....	373
225.	Legitimidade para requerer a habilitação.....	374
226.	Competência	374
227.	Procedimento.....	375
228.	Habilitação do adquirente e do cessionário	377
229.	Efeito do deferimento da habilitação	377

CAPÍTULO XI – TIPIFICAÇÃO DO PROCEDIMENTO DAS AÇÕES PERTINENTES
AO DIREITO DE FAMÍLIA

§ 24. Ações de família	379
230. Introito	379
231. A entidade familiar	379
232. Tipificação	380
233. A mediação e a conciliação	381
234. A Resolução nº 125 do CNJ	382
235. Legitimação	383
236. Procedimento	383
237. Efeitos do termo final da mediação e conciliação	387
237-A. Ação de alimentos	388
237-B. Ação de alimentos gravídicos	395
237-C. A coisa julgada nas ações de paternidade	395
237-D. Ações de paternidade <i>post mortem</i>	396
237-E. Ação para exigir contas no âmbito do direito de família	397

CAPÍTULO XII – AÇÃO MONITÓRIA

§ 25. Noção geral do procedimento monitorio	401
238. Introito	401
239. Necessidade de facilitar o acesso do credor ao título executivo	401
240. Em que consiste o procedimento monitorio	403
241. O procedimento monitorio brasileiro	405
242. A ação monitoria no Código de Processo Civil	407
§ 26. A ação monitoria no Código de Processo Civil Brasileiro	409
243. Condições de admissibilidade da ação monitoria	409
244. Objeto	410
244.1. Dívida de jogo contraída no exterior	411
245. Competência	412
246. Legitimidade ativa	412
247. Legitimidade passiva	413
248. Prova	415
249. Procedimento	421
250. Embargos à ação monitoria	425
251. Processamento dos embargos monitorios	426
252. Coisa julgada	428
253. Ação rescisória contra a decisão que defere o mandado de pagamento	428
254. Uso indevido da ação monitoria	429

CAPÍTULO XIII – HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL

§ 27. Da ação	431
255. Introito	431
256. Penhor legal: efetivação e homologação	432
257. Natureza jurídica da medida processual	433
258. Procedimento	433
259. Sentença	435
260. Execução	436
261. Formalização extrajudicial da homologação do penhor legal	436

CAPÍTULO XIV – DANOS OCORRIDOS DURANTE A NAVEGAÇÃO

§ 28. Regulação da avaria grossa	439
262. Introito	439
263. Conceito	440
264. A ação de regulação da avaria grossa no sistema brasileiro	442
265. Competência	443
266. Legitimidade	444
267. Procedimento	444
268. O Tribunal Marítimo	449

CAPÍTULO XV – RESTAURAÇÃO DE AUTOS

§ 29. Procedimento para recuperar autos desaparecidos	453
269. Conceito	453
270. Objetivo do procedimento	454
271. Legitimidade	454
272. Competência	455
273. Procedimento	455
274. Julgamento da restauração	457
275. Autos extraviados no tribunal	457
276. Responsabilidade do causador do desaparecimento dos autos	457

**Parte II – Procedimentos de
Jurisdição Voluntária**

CAPÍTULO XVI – JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA

§ 30. Generalidades	459
277. Introito	459
278. Iniciativa do procedimento e participação dos interessados	461

279.	Litigiosidade incidental	463
280.	A função do juiz.....	463
281.	Verbas sucumbenciais.....	464
282.	Procedimentos	465

CAPÍTULO XVII – NOTIFICAÇÃO E INTERPELAÇÃO

§ 31.	Procedimento para notificar, interpelar	469
283.	Conceito.....	469
284.	Protesto de títulos pela via notarial.....	470
	284.1. Cancelamento do protesto de títulos	471
	284.2. A recuperação judicial e a suspensão dos protestos.....	472
	284.3. Central Nacional de Serviços Eletrônicos	473
285.	Protesto judicial	474
286.	Notificação	476
287.	Interpelação.....	477
288.	Procedimento.....	477
289.	Indeferimento do pedido.....	479
290.	Defesa e contraprotesto	480
291.	Encerramento do feito e destino dos autos	481

CAPÍTULO XVIII – ALIENAÇÕES JUDICIAIS

§ 32.	Procedimento das alienações judiciais	483
292.	Alienações judiciais.....	483
293.	Alienações cautelares	483
294.	Iniciativa da medida.....	484
295.	Casos de alienação judicial expressos em lei	484
296.	Leilão.....	485
297.	Avaliação prévia.....	486
298.	Publicidade.....	486
299.	Arrematação.....	487
300.	Destino do produto da alienação	487
301.	Outros bens alienáveis judicialmente	488
302.	Bens indivisíveis em inventário e partilha	488
303.	Bens de crianças, adolescentes, órfãos e interditos	489
304.	Alienação forçada de bem indivisível como forma de extinção de condomínio ..	490
305.	Alienação de quinhão em coisa comum de forma irregular.....	491
306.	Alienação irregular do quinhão de bem comum indivisível em execução.....	492
307.	Alienação irregular de quinhão do bem comum indivisível em negociação particular	493

CAPÍTULO XIX – DIVÓRCIO E SEPARAÇÃO CONSENSUAIS, EXTINÇÃO CONSENSUAL DE UNIÃO ESTÁVEL E ALTERAÇÃO DO REGIME DE BENS DO MATRIMÔNIO

§ 33. Procedimento do divórcio, da separação e da homologação da extinção de união estável consensuais	495
308. Noções introdutórias.....	495
309. A dissolução da sociedade conjugal após a EC nº 66/2010.....	496
310. Natureza jurídica	498
311. Requisitos	498
312. Legitimação	499
313. Competência	500
314. Petição inicial	500
315. Procedimento.....	504
316. Sentença de homologação	505
317. Reconciliação do casal	506
318. Revisão e rescisão do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável...	506
318.1. Alteração negocial de partilha homologada judicialmente	507
319. Separação, divórcio e extinção de união estável por via administrativa	508
320. Regulamentação baixada pelo Conselho Nacional de Justiça sobre separação e divórcio consensuais	511
321. Execução do acordo de separação, divórcio ou extinção de união estável ajustado por escritura pública.....	512
322. Alteração do regime de bens do casamento.....	513

CAPÍTULO XX – TESTAMENTOS E CODICILOS

§ 34. Procedimento da apresentação dos testamentos em juízo	517
323. Introito	517
324. Objetivo do procedimento	517
325. Competência	519
326. Procedimento.....	519
327. Sentença.....	520
328. Efeitos.....	520
329. Testamento cerrado.....	521
330. Testamento público	522
331. Testamento particular	522
332. Procedimento.....	523
333. Codicilos e testamentos marítimo, aeronáutico, militar e nuncupativo	525

CAPÍTULO XXI – HERANÇA JACENTE

§ 35. Procedimento da arrecadação de herança jacente	529
334. Conceito moderno de jacência da herança	529

335.	Competência	529
336.	Legitimação	530
337.	Procedimento	530
338.	A administração da herança jacente	531
339.	Habilitação.....	532
340.	Declaração de vacância.....	532

CAPÍTULO XXII – BENS DOS AUSENTES

§ 36.	Procedimento da arrecadação de bens dos ausentes.....	535
341.	Ausência.....	535
342.	Pressupostos.....	535
343.	Competência	535
344.	Fases do procedimento	536
345.	Procedimento da primeira fase.....	536
346.	Procedimento da sucessão provisória.....	536
347.	Conversão da sucessão provisória em definitiva.....	538

CAPÍTULO XXIII – COISAS VAGAS

§ 37.	Procedimento da arrecadação das coisas vagas	541
348.	Conceito.....	541
349.	Legitimação	541
350.	Competência	541
351.	Cabimento	542
352.	Procedimento.....	542

CAPÍTULO XXIV – INTERDIÇÃO

§ 38.	O instituto da curatela	545
353.	Introito	545
354.	Questões relevantes sobre a interdição.....	545
355.	Disposições da Lei nº 13.146/2015 que impactam no procedimento fixado nos arts. 747 e seguintes do CPC/2015	547
§ 39.	O procedimento da interdição	553
356.	Natureza jurídica da interdição	553
357.	Competência	553
358.	Legitimidade	554
359.	Petição inicial.....	557
360.	Procedimento.....	558
361.	Sentença	561

362.	Eficácia da sentença sobre atos do interditando.....	563
363.	Rescisória.....	564
364.	Levantamento da interdição.....	564
365.	Investidura dos curadores	565
366.	Remoção de curador	565
§ 40.	A Tomada de decisão apoiada	567
367.	A nova medida protetiva de pessoas em situação de vulnerabilidade.....	567
368.	Procedimento.....	568

CAPÍTULO XXV – DISPOSIÇÕES COMUNS À TUTELA E À CURATELA

§ 41.	Generalidades	571
369.	Introito.....	571
370.	Disposições comuns à nomeação de tutor e curador	572

CAPÍTULO XXVI – ORGANIZAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DAS FUNDAÇÕES

§ 42.	Procedimento da organização e fiscalização das fundações	577
371.	Conceito de fundação	577
372.	Procedimento da instituição da fundação.....	577
373.	Estatutos confiados à elaboração de terceiro	578
374.	Alteração do estatuto	579
375.	Extinção da fundação.....	579

CAPÍTULO XXVII – RATIFICAÇÃO DOS PROTESTOS MARÍTIMOS E DOS PROCESSOS TESTEMUNHÁVEIS FORMADOS A BORDO

§ 43.	Procedimento.....	583
376.	Introito.....	583
377.	Conceito.....	583
378.	Objetivo	585
379.	Procedimento.....	585

CAPÍTULO XXVII-A – USUCAPIÃO

§ 43-A.	Reconhecimento extrajudicial de usucapião sobre imóvel.....	591
379-A.	Ação de usucapião e reconhecimento extrajudicial de aquisição da propriedade imobiliária por meio de usucapião.....	591
379-B.	Procedimento extrajudicial do reconhecimento de usucapião	592
379-C.	Julgamento do procedimento administrativo.....	593
379-D.	Cabimento do procedimento extrajudicial	594
379-E.	Competência	595

Parte III – A Arbitragem no Direito Brasileiro

CAPÍTULO XXVIII – O JUÍZO ARBITRAL

§ 44. Procedimento da arbitragem	597
380. O juízo arbitral no direito brasileiro	597
381. Disposições gerais.....	599
382. Convenção de arbitragem.....	601
383. Cláusula compromissória.....	602
384. Requisitos da cláusula compromissória.....	603
384.1. Cláusula compromissória e contrato de consumo	603
384.2. Cláusula compromissória e contratos de franquia.....	604
385. Execução da cláusula compromissória	604
386. Cláusula “cheia” e cláusula “vazia”.....	606
387. Direito intertemporal.....	607
388. Autonomia da cláusula compromissória.....	609
389. Compromisso arbitral.....	610
390. Extinção do compromisso arbitral.....	611
391. Os árbitros	611
392. O procedimento.....	613
393. Tutelas cautelares e de urgência.....	616
394. Carta arbitral.....	618
395. Sentença arbitral.....	620
396. Requisitos da sentença arbitral	620
396-A. Execução da sentença arbitral e desconsideração da personalidade jurídica.....	621
397. Recursos.....	622
398. Nulidade da sentença arbitral	622
399. Reconhecimento e execução de sentenças arbitrais estrangeiras.....	624
399-A. Superação de alguns problemas enfrentados pela sentença estrangeira	626
400. Natureza jurídica do novo juízo arbitral brasileiro	628
401. Visão comparatística da evolução do papel da arbitragem na composição de conflitos	629
401.1. A arbitragem e a Administração Pública.....	631
401.2. Destaques do regime da Lei nº 13.129/2015	632
402. Coexistência de arbitragem e execução judicial de título executivo negocial.....	635
402-A. Coexistência de cláusula compromissória, procedimento judicial e mediação	635
402-B. Conflito de competência entre juízo cível e juízo arbitral.....	636
403. Alegação em juízo de convenção de arbitragem	637
403-A. Possibilidade de invalidação da cláusula compromissória pelo Judiciário.....	637
403-B. Cláusula compromissória e contratos coligados	640

Parte IV – Juizado Especial Civil

CAPÍTULO XXIX – AS PEQUENAS CAUSAS E O ACESSO À JUSTIÇA

§ 45.	Juizado Especial Civil ou Juizado de Pequenas Causas	643
404.	Introito	643
405.	Juizado Especial ou Juizado de Pequenas Causas?	644
406.	Criação do Juizado Especial	645
407.	Princípios informativos	645
408.	Princípio da oralidade	646
409.	Outros critérios informativos do procedimento do Juizado Especial	647
410.	Conciliação	648
411.	A facultatividade do Juizado Especial	649
412.	O Juizado Especial Civil	650
413.	Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	651
414.	O Juizado Especial Civil e o Código de Processo Civil	651
415.	O Juizado Especial e o incidente de resolução de demandas repetitivas	653
§ 46.	O órgão judicante: competência e composição	655
416.	Competência	655
417.	Foro competente	657
418.	Conflito de competência	657
419.	Competência para execução forçada	658
420.	Limitações à competência	658
421.	O órgão judicante	659
422.	Distribuição de funções: tarefa do juiz	659
423.	Tarefa do juiz leigo e dos conciliadores	660
424.	O juízo arbitral	661
§ 47.	Partes	663
425.	Legitimação <i>ad causam</i>	663
426.	Legitimação <i>ad processum</i>	664
427.	Litisconsórcio e intervenção de terceiros	665
428.	Intervenção do Ministério Público	665
§ 48.	Os atos processuais e o procedimento	666
429.	Os atos processuais e sua forma	666
430.	O procedimento	666
431.	A propositura da ação	667
432.	Citações e intimações	668
433.	Requisitos da citação	668

434.	Intimações	668
435.	A audiência de conciliação, instrução e julgamento	669
436.	A resposta do réu	670
437.	As provas	670
§ 49.	A sentença e os recursos	672
438.	A sentença	672
439.	Recursos	672
440.	Mandado de segurança	676
441.	Uniformização de jurisprudência	677
	441.1. Competência para a reclamação	678
442.	Extinção do processo	679
§ 50.	Execução e disposições especiais	680
443.	Execução forçada	680
444.	As despesas processuais no Juizado Especial Civil	681
445.	Curadorias e assistência judiciária	682
446.	Acordos extrajudiciais	682
447.	Ação rescisória	683
448.	Disposições finais sobre a organização dos Juizados Especiais	683

CAPÍTULO XXX – O JUIZADO ESPECIAL FEDERAL

§ 51.	As pequenas causas na Justiça Federal	685
449.	A instituição do Juizado Especial Federal	685
450.	Disciplina legal	685
451.	Princípios informativos	685
452.	Competência absoluta	686
453.	Conflito de competência	686
§ 52.	Órgão julgante	687
454.	Composição do órgão julgante	687
455.	Sessão de conciliação	687
456.	Competência	687
457.	Conflito de competência	688
458.	Causas de competência dos Juizados Especiais Federais	688
§ 53.	Partes	690
459.	Legitimação	690
460.	Intervenção de terceiros e litisconsórcio	690
461.	Ministério Público	690
462.	<i>Jus postulandi</i> e representação das partes	691

§ 54. Atos processuais e procedimento	692
463. Princípios.....	692
464. Atos de comunicação processual.....	692
465. Uso de meios eletrônicos.....	692
466. Prazos.....	693
467. Petição inicial.....	693
468. Resposta.....	693
469. Exceções.....	693
470. Sessão de conciliação.....	694
471. Instrução probatória.....	694
472. A sentença e as máximas de experiência.....	694
473. Reexame necessário.....	695
§ 55. Sistema recursal	696
474. Recursos no Juizado Especial.....	696
475. Recurso especial e recurso extraordinário.....	696
476. Incidente de uniformização de jurisprudência.....	697
§ 56. Execução e medidas preventivas	699
477. Execução.....	699
478. Medidas cautelares.....	699
479. Antecipação de tutela.....	700
 CAPÍTULO XXXI – OS JUIZADOS ESPECIAIS DA FAZENDA PÚBLICA 	
§ 57. As pequenas causas da Fazenda Pública no âmbito dos estados, Distrito Federal, territórios e municípios	703
480. A instituição dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	703
481. Disciplina legal.....	703
482. Competência absoluta.....	704
§ 58. Órgão judicante	705
483. Composição do órgão judicante.....	705
484. Competência.....	705
§ 59. Partes	707
485. Legitimação.....	707
486. Ministério Público.....	707
487. Representação das partes.....	707
§ 60. Atos processuais e procedimento	708
488. Atos de comunicação processual e prazos.....	708
489. Petição inicial, citação e resposta.....	708

490.	Audiência de conciliação.....	708
491.	Instrução probatória	708
492.	Sentença e recurso de ofício.....	709
493.	Tutela de urgência (medidas cautelares e antecipatórias)	709
§ 61.	Sistema recursal.....	710
494.	Recursos nos Juizados Especiais da Fazenda Pública.....	710
495.	Uniformização de jurisprudência.....	710
496.	Causas repetitivas	711
497.	Medidas de urgência	711
§ 62.	Sistema de execução de sentença nos Juizados Especiais da Fazenda Pública...	713
498.	Cumprimento da sentença	713
499.	Obrigações de fazer, não fazer ou de entrega de coisa.....	713
500.	Obrigações de quantia certa.....	713

**Parte V – Alguns Procedimentos Especiais
Disciplinados Fora do Código
de Processo Civil**

CAPÍTULO XXXII – AÇÕES CONSTITUCIONAIS

§ 63.	A Constituição e o processo.....	717
501.	O direito processual constitucional.....	717
502.	Os fundamentos do direito processual constitucional	717
§ 64.	Mandado de segurança	719
503.	Conceito.....	719
504.	Natureza da ação.....	720
505.	Legitimação ativa.....	720
506.	Legitimação passiva.....	721
507.	Pessoas equiparadas às autoridades, para fins de mandado de segurança	724
508.	Ato de autoridade judicial	725
509.	Ato sujeito a recurso administrativo.....	726
510.	Litisconsórcio.....	726
511.	Assistência	727
512.	Pressuposto especial do mandado de segurança: direito líquido e certo.....	728
513.	Procedimento.....	729
514.	Instrução por meio de documentos ainda não obtidos pelo impetrante.....	730
515.	Liminar	731
516.	Suspensão da segurança.....	733
517.	Prazo decadencial para impetrar o mandado de segurança	734
518.	Competência	735

519.	Desistência do mandado de segurança.....	736
520.	Sentença e coisa julgada.....	737
521.	Inovações processuais da Lei nº 12.016, de 07.08.2009	738
§ 65.	Mandado de segurança coletivo	743
522.	Conceito.....	743
523.	Direitos coletivos e direitos difusos	743
524.	Legitimação ativa.....	744
525.	Legitimação passiva.....	746
526.	Procedimento e competência.....	746
527.	Liminar	747
527-A.	Execução	747
§ 66.	Mandado de injunção.....	749
528.	Conceito.....	749
529.	Objeto.....	751
530.	Pressupostos	753
531.	Legitimação	756
532.	Competência	759
533.	Procedimento.....	760
533.1.	Visão esquemática do procedimento do mandado de injunção	765
533-A.	Desistência da ação de mandado de injunção	766
533-B.	Intervenção do Ministério Público	766
533-C.	Medida liminar	766
533-D.	Limites subjetivos da eficácia do deferimento da injunção	768
533-E.	Ampliação dos limites subjetivos da injunção.....	768
533-F.	Condições para obter a extensão <i>erga omnes</i> da decisão	769
533-G.	“Provisoriedade” do provimento editado no julgamento do mandado de injunção... ..	770
533-H.	Recursos.....	771
533-I.	Mandado de injunção coletivo	772
533-J.	Limites subjetivos da coisa julgada formada no mandado de injunção coletivo	772
533-K.	Litispendência.....	773
§ 67.	<i>Habeas data</i>	777
534.	Conceito.....	777
535.	Natureza jurídica	778
536.	Legitimidade e interesse	778
537.	Objeto do <i>habeas data</i>	779
538.	Competência	780
539.	Procedimento.....	781
540.	Cumprimento da sentença	782
541.	Coisa julgada.....	782

§ 68. Ação popular	784
542. Conceito	784
543. Requisitos	784
544. Atos atacáveis pela ação popular	785
544-A. Ação popular e políticas públicas relacionadas com concessões de serviços públicos.....	786
545. Legitimação	786
546. Procedimento.....	787
547. Sentença	788
548. Coisa julgada	788
549. Execução	788
550. Prescrição	789

CAPÍTULO XXXIII – AÇÕES COLETIVAS

§ 69. Ação civil pública e outras ações coletivas	793
551. Histórico	793
552. Direito material coletivo e direito processual coletivo	794
553. Configuração dos direitos materiais tuteláveis pela ação civil pública	795
554. Objeto da ação civil pública	796
555. Ações coletivas possíveis após o CDC	798
556. Legitimação	802
556-A. Legitimação de pessoa jurídica de direito público	805
557. Ação coletiva por meio de associação.....	806
558. Ações coletivas promovidas por sindicatos.....	808
559. O Ministério Público e a tutela coletiva dos direitos individuais homogêneos	810
559-A. Tutela pelo Ministério Público de direitos individuais indisponíveis	814
560. Inquérito civil.....	815
560-A. Ação civil pública e políticas públicas.....	817
560-B. Negócio jurídico processual em ação civil pública	819
561. Competência	819
562. Procedimento.....	820
562.1. Regime especial das despesas com as provas necessárias na ação civil pública.....	820
563. Liminar	821
563-A. Remessa necessária.....	821
563-B. Verba advocatícia sucumbencial	822
563-C. Cabimento da imposição de <i>astreinte</i>	823
564. Coisa julgada	823
564.1. Cientificação dos beneficiários individuais da sentença coletiva	826
565. Execução.....	827

565.1.	Prescrição da execução individual da sentença coletiva	829
565.2.	Alienação do imóvel objeto de tutela ao meio ambiente.....	829
566.	Execução coletiva por meio de sindicato ou associação	830

CAPÍTULO XXXIV – AÇÕES LOCATÍCIAS

§ 70. Generalidades	833
567. Dos procedimentos e suas disposições gerais.....	833
568. Tramitação durante as férias forenses.....	834
569. Competência do <i>forum rei sitae</i>	834
570. Valor da causa	835
571. Atos de comunicação processual.....	835
572. Ausência de efeito suspensivo da apelação nas ações locatícias.....	836
572-A. Cobrança de aluguéis e encargos da locação	837
§ 71. Ação de despejo	839
573. Natureza.....	839
574. A força executiva do procedimento	840
575. A liminar na ação de despejo.....	841
576. Legitimação	843
577. Documentação da petição inicial.....	844
578. Concordância do locatário com a pretensão do locador.....	844
579. Denúncia vazia.....	845
580. Denúncia cheia	845
§ 72. Ação de despejo por falta de pagamento	847
581. Cabimento	847
582. Consequência da cumulação de pedidos	847
583. Purga da mora.....	848
584. Reiteração abusiva da purga da mora	850
585. Purga da mora e contestação	850
§ 73. Execução da sentença de despejo	853
586. Desocupação voluntária	853
587. Execução forçada.....	853
588. Execução em caso de despejo cumulado com cobrança de aluguel	854
589. Execução provisória e caução	854
590. Abandono do imóvel pelo locatário.....	855
§ 74. Ação de consignação de aluguel e acessórios da locação	857
591. Cabimento	857
592. Legitimação	857

593.	Pressupostos.....	858
594.	Procedimento.....	858
595.	Petição inicial.....	858
596.	Depósito judicial.....	859
597.	Prestações vincendas.....	859
598.	Revelia.....	859
599.	Contestação.....	859
600.	Reconvenção.....	860
601.	Complementação do depósito após a contestação.....	860
602.	Levantamento do depósito.....	860
§ 75.	Ação revisional de aluguel.....	862
603.	Cabimento.....	862
604.	Natureza.....	862
605.	Legitimação.....	862
606.	Procedimento.....	862
607.	Petição inicial.....	863
608.	Aluguel provisório.....	864
609.	Contestação.....	865
610.	Sentença.....	866
611.	Verbas de sucumbência.....	867
612.	Execução de sentença.....	867
613.	Acordo de desocupação.....	868
§ 76.	Ação renovatória.....	870
614.	Cabimento.....	870
615.	Natureza jurídica.....	870
616.	Legitimação.....	871
617.	Procedimento.....	873
618.	Petição inicial.....	873
619.	A defesa do locador.....	876
620.	Defesa baseada na ausência dos pressupostos legais.....	877
621.	Defesa baseada no valor real da locação.....	877
622.	Defesa baseada em melhor proposta de terceiro.....	877
623.	Retomada para construção ou reconstrução.....	878
624.	Retomada para uso próprio.....	878
625.	Aluguel provisório.....	879
626.	Sentença.....	880
627.	Sentença de retomada.....	881
628.	Execução de sentença.....	882
629.	Indenização de perdas e danos.....	883

CAPÍTULO XXXV – AÇÕES DECORRENTES DE *LEASING*
E ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

§ 77. Alienação fiduciária em garantia.....	885
630. Introdução.....	885
630.1. A propriedade do devedor fiduciante como requisito da constituição da garantia real em favor do credor fiduciário.....	886
631. Remédios processuais utilizáveis pelo credor fiduciário (coisas móveis).....	888
632. Busca e apreensão.....	888
633. Legitimação ativa para a ação de busca e apreensão.....	893
634. Ação de depósito.....	894
635. Ação de execução.....	894
636. Execução da alienação fiduciária de bem imóvel.....	895
636.1. Purga da mora na execução de imóvel alienado fiduciariamente.....	896
636.2. Despesas condominiais incidentes sobre o imóvel alienado fiduciaria- mente.....	899
636-A. Taxa de ocupação.....	899
§ 78. Arrendamento mercantil (<i>leasing</i>).....	904
637. Noção de arrendamento mercantil.....	904
637.1. Descaracterização do contrato de <i>leasing</i>	905
638. Ações decorrentes do <i>leasing</i>	905
639. Aspecto tributário.....	909
Bibliografia	911
Índice Onomástico	935
Índice Alfabético de Assuntos	941
Índice dos Fluxogramas	961

HUMBERTO THEODORO JÚNIOR

Doutor em Direito pela UFMG. Professor titular aposentado da Faculdade de Direito da UFMG. Desembargador aposentado do TJMG. Membro da Academia Mineira de Letras Jurídicas, do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, do Instituto dos Advogados Brasileiros, do Instituto de Direito Comparado Luso-brasileiro, do Instituto Brasileiro de Direito Processual Civil, do Instituto Ibero-americano de Direito Processual Civil e da International Association of Procedural Law e da Association Henri Capitant des Amis de la Culture Juridique Française. Parecerista. Advogado.

CURSO *de* DIREITO PROCESSUAL CIVIL *Volume III*

54^a Revista,
atualizada
edição e ampliada

- Execução Forçada
- Cumprimento de sentença
- Execução de títulos extrajudiciais
- Processos nos Tribunais
- Recursos
- Direito Intertemporal



■ O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.

■ Fechamento desta edição: 06.11.2020

■ O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.

■ **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**

■ Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 2021 by

Editora Forense Ltda.

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar

Rio de Janeiro – RJ – 20040-040

www.grupogen.com.br

■ Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.

1ª edição – 1989

54ª edição – 2021

■ Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

Theodoro Júnior, Humberto, 1938-

Curso de direito processual civil, volume 3: execução forçada ... / Humberto Theodoro Júnior. – 54. ed. –Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-9290-3

1. Processo civil – Brasil. I. Título.

20-67434

CDU: 347.9(81)

Camila Donis Hartmann –Bibliotecária – CRB-7/6472



Índice da Matéria

PROCESSO DE EXECUÇÃO, CUMPRIMENTO DA SENTENÇA E SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

Parte I – As Vias de Execução do Código de Processo Civil Brasileiro

CAPÍTULO I – PANORAMA DAS VIAS EXECUTIVAS

§ 1º	A abolição da ação de execução de sentença	3
1.	Introdução.....	3
2.	O panorama da execução forçada no direito processual europeu contemporâneo	4
3.	A história da execução forçada no direito antigo de origem românica.....	6
4.	O reaparecimento da <i>actio iudicati</i> na história do direito moderno.....	7
5.	A reação contemporânea contra o sistema de cumprimento da sentença por meio da <i>actio iudicati</i>	8
6.	A história da eliminação da <i>actio iudicati</i> no campo das sentenças condenatórias no direito brasileiro.....	9
7.	Algumas reações à abolição completa da <i>actio iudicati</i>	11
8.	Observações conclusivas.....	13

CAPÍTULO II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

§ 2º	Disposições gerais.....	16
9.	Introdução.....	16
10.	A noção de sentença condenatória perante as novas técnicas de cumprimento dos julgados.....	17
11.	Cumprimento de sentença e contraditório	19
12.	Necessidade de requerimento do exequente	19
13.	Intimação do devedor.....	20
	I – Regra geral.....	20
	II – Exceções abertas pela própria lei	22
	IV – Inatividade processual longa.....	22
	III – Intimação presumida	22
	V – Prazo da intimação	22
14.	Legitimação ativa e passiva. Devedores solidários	23
15.	Regras disciplinadoras do cumprimento das sentenças	23
16.	A possibilidade de execução com base em sentença declaratória ou constitutiva	24
17.	Tutela interdital como padrão	28
18.	Cumprimento por iniciativa do devedor	28
19.	Sucumbência.....	29
	I – Sucumbência no cumprimento de sentença.....	29

X	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. III – Humberto Theodoro Júnior	
	II – Regime do atual Código.....	30
	III – Sucumbência na impugnação ao cumprimento da sentença	30
	IV – Base de cálculo da verba advocatícia	30
	V – Despesas e custas do cumprimento de sentença	31
20.	Sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo.....	31
	I – Noção de condição e termo.....	31
	II – Restrições doutrinárias às sentenças condicionais	31
	III – Admissibilidade legal da sentença condicional.....	32
21.	Requisito do requerimento de cumprimento da sentença que decide relação jurídica sujeita a condição ou termo	33
§ 3º	Os títulos executivos judiciais	34
22.	Enumeração legal.....	34
23.	Medidas preparatórias especiais.....	35
24.	Procedimento especial: sentença penal, sentença arbitral e sentença ou decisão interlocutória estrangeiras.....	36
25.	Encerramento do cumprimento da sentença	36
26.	Sentença condenatória civil.....	37
27.	Sentença condenatória contra a Fazenda Pública.....	39
28.	Nova visão dos efeitos da sentença declaratória	39
29.	Ação declaratória e prescrição.....	41
30.	Decisão homologatória de autocomposição.....	42
	I – Autocomposição judicial	42
	II – Amplitude subjetiva da autocomposição judicial.....	43
	III – Procedimento executivo.....	43
	IV – Autocomposição extrajudicial	43
31.	● formal e a certidão de partilha	44
32.	Crédito de auxiliar da justiça	45
33.	Sentença penal condenatória.....	45
	I – Força civil da sentença penal	45
	II – Requisitos da execução civil da sentença penal	46
	III – Condenação civil provisória no bojo da sentença penal.....	46
	IV – Legitimação para a execução civil da sentença penal.....	47
34.	Sentença arbitral.....	47
35.	Decisão estrangeira.....	48
	I – Sentença estrangeira.....	48
	II – Decisão interlocutória estrangeira.....	49
	III – Sentença oriunda de país-membro do Mercosul	49
§ 4º	Particularidades de alguns títulos executivos judiciais	51
36.	Condenações a prestações alternativas.....	51
37.	Julgamento fracionado da lide.....	51
38.	Decisões proferidas em procedimento de tutela provisória	52
39.	Protesto da decisão judicial transitada em julgado.....	52
	I – A sentença como título protestável	52
	II – Procedimento do protesto	53
	III – Pagamento no cartório de protesto.....	53
	IV – Cancelamento do protesto	54
	V – Superveniência de ação rescisória	54
	VI – Inscrição em cadastro de inadimplentes	54

§ 5º	Competência	55
40.	Juízo competente para o cumprimento da sentença.....	55
41.	Regras legais sobre competência aplicáveis ao cumprimento da sentença.....	55
42.	Competência opcional para o cumprimento da sentença	56
43.	Competência para cumprimento da sentença arbitral.....	57
44.	Competência para execução do efeito civil da sentença penal.....	58
45.	Competência internacional.....	58
§ 6º	Defesa do devedor	60
46.	Impugnação do executado	60
47.	Extensão do sistema de impugnação ao cumprimento de sentença relativa a todas as modalidades de obrigação.....	60
48.	Ausência de preclusão	61
49.	Atos executivos posteriores ao prazo legal da impugnação.....	61
50.	Natureza jurídica da impugnação	62
51.	Enumeração legal dos temas abordáveis na impugnação ao cumprimento da sentença	62
	I – Falta ou nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia....	63
	II – Ilegitimidade de parte	64
	III – Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação	64
	IV – Penhora incorreta ou avaliação errônea	72
	V – Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções	73
	VI – Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução	75
	VII – Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que supervenientes à sentença	75
52.	O cumprimento da sentença e a prescrição.....	76
	52.I. Um caso particular de prescrição	79
53.	Impedimento ou suspeição do juiz.....	80
54.	Executados com diferentes procuradores	80
55.	Regra especial para a impugnação por excesso de execução, no tocante à obrigação de quantia certa	80
56.	Efeito da impugnação	81
57.	O problema da iliquidez da sentença	81
58.	As decisões homologatórias de autocomposição e a defesa do executado	83
59.	Procedimento da impugnação.....	83
60.	Instrução probatória	83
61.	Julgamento da impugnação	84
62.	Coisa julgada	84

**CAPÍTULO III ... CUMPRIMENTO DA SENTENÇA QUE RECONHECE
A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA**

§ 7º	Noções introdutórias	86
63.	Noção de obrigação por quantia certa	86
64.	Cumprimento de sentença que reconhece o dever de pagar quantia.....	86
65.	Requerimento do credor	87
	I – Iniciativa do credor	87
	II – Iniciativa do devedor.....	87
66.	Intimação do devedor	88
	I – Regra geral.....	88
	II – Exceções	88
	III – Intimação presumida	89

XII | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL -Vol. III - Humberto Theodoro Júnior

	IV – Inatividade processual longa.....	89
	V – Prazo da intimação	89
67.	Inexecutividade do fiador e outros coobrigados	89
§ 8º	Cumprimento definitivo da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	91
68.	Cabimento.....	91
69.	Multa legal e honorários de advogado	91
	I –Multa legal.....	91
	II –Multa na execução de sentença arbitral e outras decisões.....	92
	III –Multa e honorários de advogado na execução provisória.....	92
	IV –Quando cabe a verba honorária e como arbitrá-la	93
	V –Depósito do <i>quantum</i> devido, antes de recorrer da sentença exequenda	93
	VI –Execução sem multa.....	93
	VII –Requerimento do credor.....	94
	VIII – Intimação do executado	94
70.	Contagem do prazo para pagamento	94
	70.1. Prazo de pagamento e litisconsórcio passivo	95
71.	Penhora e avaliação.....	96
72.	O procedimento executivo.....	96
73.	Requisitos do requerimento inicial do cumprimento da sentença.....	96
	I –Dados necessários do requerimento.....	96
	II –Nomeação dos bens a penhorar	97
	III –Definição do <i>quantum</i> exequendo	97
	IV –Demonstrativo que dependa de dados extra-autos	97
	V –Impugnação do devedor ao cumprimento da sentença.....	97
74.	Defesa do executado	98
75.	Cumprimento de sentença por iniciativa do devedor	98
76.	Parcelamento da dívida	98
77.	Aplicação subsidiária ao cumprimento provisório.....	98
§ 9º	Cumprimento provisório da sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.....	100
78.	Noções introdutórias	100
79.	Fundamentos da execução provisória	100
80.	Execução de título extrajudicial embargada.....	101
81.	Situação do tema no Código atual	101
82.	Normas básicas da execução provisória	103
83.	Casos de dispensa de caução	106
84.	Novas regras relativas ao cumprimento provisório	107
85.	Aplicação subsidiária das regras de cumprimento provisório de obrigação de quantia certa às obrigações de fazer, não fazer ou de dar	108
86.	Incidentes da execução provisória	108
87.	Procedimento do cumprimento provisório.....	108
88.	Prazo para ajuizamento do cumprimento provisório da sentença.....	109

CAPÍTULO IV – CUMPRIMENTO DE SENTENÇAS DE OBRIGAÇÃO
DE QUANTIA CERTA SOB REGIME ESPECIAL

§ 10.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de prestar alimentos.....	111
89.	A ação de alimentos e a evolução da técnica de cumprimento da sentença	111

90.	Procedimento específico de cumprimento da decisão que fixa alimentos.....	112
91.	Disposições próprias do cumprimento da decisão que fixa prestação alimentícia.....	113
	I ... Competência	113
	II – Averbação em folha de pagamento.....	113
	III ... Protesto da decisão judicial.....	114
	IV – Prisão civil do executado.....	114
	V – Cumprimento da decisão definitiva e da decisão provisória que fixa alimentos.....	115
	VI – Crime de abandono material.....	117
	VII – Pensionamento decorrente de ato ilícito.....	117
92.	Sentenças de indenização por ato ilícito	117
93.	Revisão, cancelamento, exoneração ou modificação do pensionamento	119
94.	Pensionamento em salários mínimos	120
§ 11.	Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa pela Fazenda Pública.....	122
95.	Evolução da execução por quantia certa fundada em sentença contra a Fazenda Pública....	122
96.	Generalidades do cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública	122
	I ... Execução por quantia certa sem penhora e expropriação	122
	II – Execução de outras obrigações da Fazenda Pública.....	123
	III ... Execução de obrigações de fazer. Políticas públicas	123
97.	Procedimento.....	125
	I – Requerimento do exequente	125
	II – Intimação da Fazenda executada.....	125
	III – Expedição do precatório.....	125
	IV – Créditos de alimentos.....	126
	V – Parcelamento do precatório (CF, art. 100, § 20 ... incluído pela EC nº 94/2016).....	127
	VI – Financiamento de parte dos precatórios e obrigações de pequeno valor (CF, art. 100, § 19 ... incluído pela EC nº 94/2016)	127
98.	Defesa da Fazenda.....	127
	I – Temas discutíveis.....	127
	II – Alguns destaques.....	128
	III – Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento do juízo.....	128
	IV – Duplo grau obrigatório.....	129
99.	Execução provisória.....	129
	99.1. Execução definitiva sob forma de precatório.....	130
	99.2. Execução definitiva na modalidade “requisição de pequeno valor”	131
100.	Sequestro de verbas públicas	131
101.	Exceções ao regime dos precatórios	132
101-A.	Acordo para pagamento com desconto de precatórios federais	133
102.	Autonomia do crédito de honorários sucumbenciais.....	134
103.	Credores litisconsorciados	135
104.	Possibilidade de fracionamento do precatório	136
105.	Cessão e compensação no âmbito dos precatórios.....	137
106.	Execução por quantia certa contra entidade da Administração Pública Indireta.....	138
107.	O atraso no cumprimento dos precatórios e seus consectários.....	139
108.	Procedimento para obtenção do precatório complementar.....	142
108-A.	Gestão dos recursos destinados ao cumprimento de precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV).....	143

CAPÍTULO V CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE
A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER,
DE NÃO FAZER OU DE ENTREGAR COISA

§ 12. Noções introdutórias ao cumprimento das decisões sobre obrigações de fazer e de não fazer	145
109. Noção de obrigação de fazer e não fazer	145
110. Execução específica e execução substitutiva	146
I Técnica processual na legislação anterior (tutela específica e tutela subsidiária)	146
II – Fungibilidade de certas obrigações de fazer e não fazer: equivalente econômico	147
111. Correta prestação da tutela substitutiva	147
112. Medidas sub-rogatórias e antecipatórias no cumprimento de sentença	148
112-A. Conversão em perdas e danos	149
113. A multa (<i>astreinte</i>)	150
I Quando cabe a multa por atraso no cumprimento da sentença	150
II – Arbitramento da multa	150
III – Reexame da multa aplicada	151
IV – Casos de modificação ou exclusão da multa	152
V A multa e as obrigações personalíssimas	152
VI – Multa e preclusão da decisão que a impôs	153
VII – Execução da multa no regime do Código de 1973	155
VIII – Execução da multa no regime do atual Código	155
IX A necessidade de constituir-se um título judicial completo para a execução da multa	156
X – Termo inicial e final de incidência da multa	157
XI As <i>astreintes</i> e a tutela provisória	159
XII Multa diária, correção monetária e juros moratórios	159
114. Defesa do executado	160
§ 13. Procedimento do cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de fazer ou de não fazer	162
115. Execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer	162
116. Procedimento do cumprimento de sentença	162
117. Impugnação do executado	163
118. Execução das obrigações de não fazer	164
119. Medidas de apoio	165
§ 14. A sentença que condena ao cumprimento de obrigação de declarar vontade	168
120. Execução das prestações de declaração de vontade	168
120-A. Requisitos para exigir em juízo o cumprimento da promessa de contratar	169
121. Satisfação da contraprestação a cargo do exequente	170
122. A execução das sentenças que condenam a declaração de vontade	171
123. Natureza jurídica da sentença	172
§ 15. Cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de obrigação de entregar coisa	174
124. Noção de obrigação de dar (entrega de coisa)	174
125. Histórico dos títulos especiais de entrega de coisa: ações executivas <i>lato sensu</i>	174
I – A generalização da sentença executiva <i>lato sensu</i>	175
II Providências cabíveis para reforçar a efetividade da tutela às obrigações de entrega de coisa	176
126. Tutela substitutiva nas obrigações de dar: o equivalente econômico	176

127.	Oportunidade correta para a conversão da tutela específica em tutela substitutiva	177
128.	Procedimento	178
129.	Defesa do executado	179
130.	Obrigação genérica	179
131.	Retenção por benfeitorias	179
132.	Multa e outras medidas de apoio na entrega de coisa	180
133.	Encerramento do processo	181

Parte II – Execução dos Títulos Executivos Extrajudiciais

CAPÍTULO VI – PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 16.	Princípios gerais da execução forçada.....	183
134.	Disposições gerais	183
135.	Vias de execução.....	184
136.	O processo judicial.....	184
137.	Processo de conhecimento e processo de execução	185
138.	Diferenças entre a execução forçada e o processo de conhecimento.....	186
139.	Visão unitária da jurisdição	187
140.	Realização da sanção: fim da execução forçada	187
141.	Espécies de sanções realizáveis por via da execução forçada	188
142.	Execução forçada, cumprimento voluntário da obrigação e outras medidas de realização dos direitos subjetivos.....	188
143.	Meios de execução	189
143-A.	Ampliação do uso dos meios coercitivos pelo CPC/2015	190
144.	Autonomia do processo de execução	191
145.	Cumprimento da sentença e processo de execução.....	192
146.	Notas sobre a modernização da execução do título extrajudicial.....	193
147.	Opção do credor entre ação ordinária de cobrança e ação de execução	193
§ 17.	Princípios informativos da tutela jurisdicional executiva.....	195
148.	Princípios informativos do processo de execução.....	195
149.	Princípio da realidade: toda execução é real	195
150.	Princípio da satisfatividade: a execução tende apenas à satisfação do direito do credor	195
151.	Princípio da utilidade da execução	196
152.	Princípio da economia da execução	196
153.	Princípio da especificidade da execução.....	196
154.	Princípio dos ônus da execução	197
155.	Princípio do respeito à dignidade humana.....	197
156.	Princípio da disponibilidade da execução.....	198
157.	Disponibilidade parcial da execução: redução do pedido executivo.....	199
158.	Honorários advocatícios na desistência da execução.....	200
§ 18.	Formas de execução e atos de execução.....	201
159.	As várias formas de execução	201
160.	Execução singular e execução coletiva	201
161.	Atos de execução	201
162.	Relação processual executiva	203
163.	A citação executiva.....	204
§ 19.	Execução provisória e definitiva em matéria de execução de título extrajudicial.....	205
164.	Procedimento da execução forçada	205

XVI | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. III - Humberto Theodoro Júnior

165.	Observações sobre a petição inicial.....	205
166.	Excepcionalidade da execução provisória de título extrajudicial.....	206
§ 20.	Disposições gerais.....	209
167.	Aplicação subsidiária de normas do processo de conhecimento ao processo de execução ...	209
168.	Poderes do juiz no processo de execução	209
169.	Coibição dos atos atentatórios à dignidade da Justiça praticáveis durante o processo de execução	211
170.	Responsabilidade civil decorrente de execução indevida	213
171.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	214

CAPÍTULO VII - REQUISITOS PARA REALIZAR QUALQUER EXECUÇÃO

§ 21.	Pressupostos e condições da execução forçada.....	215
172.	Pressupostos processuais e condições da ação	215
173.	O título executivo.....	215
174.	Função do título executivo	216
175.	Efeito prático do título executivo.....	217
176.	Requisitos do título executivo: obrigação certa, líquida e exigível	218
177.	Formas dos títulos executivos.....	220
178.	A exigibilidade da obrigação	220
179.	O inadimplemento em contrato bilateral.....	221

CAPÍTULO VIII - A RELAÇÃO PROCESSUAL E SEUS ELEMENTOS

§ 22.	Elementos objetivos e subjetivos do processo de execução.....	223
180.	Elementos do processo executivo	223

CAPÍTULO IX - ELEMENTOS SUBJETIVOS (I)

§ 23.	Partes. Legitimação ativa	225
181.	Nomenclatura	225
182.	Legitimação ativa.....	225
183.	Legitimação ativa originária do credor	225
184.	Legitimação extraordinária do Ministério Público	226
185.	Legitimação ativa derivada ou superveniente	226
186.	Espólio	227
187.	Herdeiros e sucessores.....	228
188.	Cessionário.....	228
189.	Sub-rogado	229
190.	Legitimações supervenientes extraordinárias: massa falida, condomínio e herança jacente ou vacante.....	230
191.	Terceiros interessados.....	230
192.	Desnecessidade de consentimento do executado para o exercício da legitimidade ativa superveniente	230
§ 24.	Legitimação passiva.....	231
193.	Legitimação passiva	231
194.	Dívida e responsabilidade	231
195.	O devedor	232
196.	Espólio e sucessores.....	233
	I Espólio	233

II – Herdeiros.....	233
III – Representação do espólio	233
IV – Sucessores <i>causa mortis e inter vivos</i>	234
V – Sucessão entre empresas	234
VI – Desconsideração da personalidade jurídica	234
197. O novo devedor	235
198. Fiador judicial.....	236
199. Fiador extrajudicial.....	236
200. Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito.....	238
201. Responsável tributário	238
202. Revelia do devedor e curador especial	241
§ 25. Litisconsórcio e intervenção de terceiros no processo de execução	242
203. Litisconsórcio.....	242
204. Assistência.....	242
205. Denúnciação da lide.....	243
206. Chamamento ao processo.....	244
§ 26. Processo cumulativo.....	246
207. Cumulação de execuções	246
208. Cumulação sucessiva de execuções.....	247
209. Cúmulo subjetivo	248

CAPÍTULO X – ELEMENTOS SUBJETIVOS (II)

§ 27. O órgão judicial.....	249
210. Juízo competente para a execução	249
211. Execução de sentença	249
212. Competência para execução de títulos extrajudiciais.....	249
213. Competência para a execução fiscal	250
214. Título executivo extrajudicial estrangeiro.....	251
215. Competência para deliberação sobre os atos executivos	251

CAPÍTULO XI – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (I)

§ 28. Objeto da atividade executiva	253
216. Bens exequíveis.....	253
217. Resquícios da execução pessoal.....	253
§ 29. Responsabilidade patrimonial	254
218. Obrigação e responsabilidade.....	254
219. Extensão da responsabilidade patrimonial do devedor	255
I – Bens presentes e futuros	255
II – Bens excluídos da responsabilidade patrimonial	255
III – Bens de empresa individual de responsabilidade limitada	256
220. Responsabilidade e legitimação passiva para a execução	256
221. Responsabilidade executiva secundária	256
222. Excussão de bens do sucessor singular.....	257
I – Alienação do bem litigioso.....	257
II – Ampliação do regime aplicável à alienação do bem litigioso.....	257
III – Boa-fé do adquirente.....	258
IV – Posição processual do terceiro adquirente.....	258

	V – Necessidade de intimação do terceiro adquirente	258
	VI – Defesa do terceiro adquirente.....	259
223.	Excussão de bens do sócio	259
224.	Desconsideração da personalidade jurídica	260
	I – Desconsideração direta.....	260
	II – Desconsideração invertida.....	261
225.	Benefício de ordem na execução de dívida de pessoa jurídica	261
226.	Bens do devedor em poder de terceiros.....	262
227.	Excussão de bens de devedor casado ou em união estável: tutela da meação.....	262
228.	Bens alienados em fraude à execução.....	263
229.	Casos de fraude à execução.....	265
	I – Bens objeto de ação fundada em direito real ou de pretensão reipersecutória.....	265
	II – Bens vinculados a processo de execução	266
	III – Bens sujeitos à hipoteca judiciária ou outro ato de constrição judicial.....	267
	IV – Alienação que produz ou agrava a insolvência do devedor, na pendência do processo	268
	V – Demais casos expressos em lei.....	268
230.	Fraude à execução e insolvência do devedor.....	269
	I – Particularidades da fraude prevista no inciso IV do art. 792 do CPC/2015.....	269
	II – Jurisprudência formada ao tempo do CPC de 1973.....	269
	III – Regime do CPC de 2015.....	269
	IV – Momento de configuração da fraude à execução.....	270
	V – Negócios jurídicos enquadráveis na fraude à execução	271
	VI – Defesa do terceiro adquirente	271
231.	A fraude por meio de negócio financeiro	271
232.	A aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova à fraude à execução.....	272
233.	A posição do terceiro adquirente em face da execução	274
234.	Fraude à execução e desconsideração da personalidade jurídica	274
235.	Bens sujeitos ao direito de retenção.....	276
236.	Excussão de bens do fiador.....	276
237.	Bens de espólio	277
238.	Execução que tenha por objeto bem gravado com direito real de superfície	277
238-A.	Execução que envolva o direito real de laje	278
239.	A Lei nº 13.097/2015 e a fraude à execução.....	278

CAPÍTULO XII – ELEMENTOS OBJETIVOS DO PROCESSO DE EXECUÇÃO (II)

§ 30.	Execução de títulos extrajudiciais	281
240.	Execução de sentença e ação executiva	281
241.	Conversão de execução forçada em ação ordinária de cobrança.....	281
§ 31.	Títulos executivos extrajudiciais	283
242.	Títulos executivos extrajudiciais e sua classificação	283
243.	Títulos cambiários e cambiariformes	284
244.	Duplicatas.....	285
245.	Responsáveis cambiários.....	286
	245.1. Fundos de investimento em direitos creditórios	287
246.	Documento público ou particular	288
246-A.	Decisão do Tribunal de Contas	289
247.	O instrumento de transação referendado por conciliador ou mediador credenciado por tribunal.....	289
248.	Contrato com convenção arbitral	289

	ÍNDICE DA MATÉRIA	XIX
249.	Confissões de dívida	290
250.	Contrato de abertura de crédito	290
251.	Hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e caução.....	292
252.	Execução hipotecária	294
	I – Alienação do imóvel hipotecado	294
	II Abandono do imóvel	294
	III – Remição pelo adquirente	294
	IV Remição pelo executado	295
	V – Adjudicação pelo credor	295
	VI Superposição de hipotecas sobre o mesmo imóvel.....	295
252-A.	A execução hipotecária extrajudicial do Sistema Financeiro da Habitação (SFH)	296
253.	Remição da hipoteca e pagamento do débito hipotecário pelo novo proprietário do imóvel	297
254.	A hipoteca e a prescrição	298
255.	Classificação das garantias	298
	I – Cauções reais	298
	II Cauções fidejussórias	299
	255.1. Fiança. Extensão da caução fidejussória	299
256.	Seguros.....	300
257.	Rendas imobiliárias.....	300
258.	Aluguel de imóvel e encargos acessórios.....	301
259.	Encargo de condomínio	302
260.	Dívida ativa da Fazenda Pública	302
260-A.	Transação resolutiva de litígio relativa à cobrança de crédito da Fazenda Pública Federal ...	305
261.	O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral	305
262.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e outras despesas devidas pelos atos por ela praticados.....	306
263.	Títulos executivos definidos em outras leis	306
264.	Concurso de execução forçada e ação de conhecimento sobre o mesmo título.....	307
265.	Títulos estrangeiros.....	308

CAPÍTULO XIII – DISPOSIÇÕES GERAIS

§ 32.	Regras pertinentes às diversas espécies de execução	310
266.	Organização da matéria no Código de Processo Civil.....	310
267.	Direito de preferência gerado pela penhora	310
268.	Tutela aos privilégios emergentes da penhora.....	313
269.	A petição inicial.....	313
270.	A documentação da petição inicial.....	313
	I – Título executivo extrajudicial	313
	II – Prova de que se verificou a condição ou ocorreu o termo	313
	III Demonstrativo do débito atualizado.....	314
	IV – Prova de que adimpliu a contraprestação que lhe corresponde.....	314
271.	Outras providências a cargo do credor	314
272.	Obrigações alternativas	314
273.	Penhora de bens gravados por penhor, hipoteca, anticrese, alienação fiduciária, usufruto, uso ou habitação.....	315
274.	Penhora que recaia sobre bem cuja promessa de compra e venda esteja registrada.....	315
275.	Penhora de bem sujeita ao regime do direito de superfície, enfiteuse, concessão de uso especial para fins de moradia ou concessão de direito real de uso.....	315

275-A.	Penhora de direitos reais sobre imóvel alheio: direito de superfície e direito de laje.....	316
275-B.	Penhora de cota de bem indivisível	317
276.	Penhora de quota social ou de ação de sociedade anônima fechada	317
277.	Medidas acautelatórias	317
278.	Prevenção contra a fraude de execução, por meio de registro público.....	318
279.	Efeito da averbação	318
280.	Abuso do direito de averbação	319
281.	Petição inicial incompleta ou mal instruída	319
281-A.	Inscrição do nome do executado em cadastro de inadimplentes	320
282.	Execução e prescrição.....	320
	I – Interrupção da prescrição	320
	II – Prescrição intercorrente.....	321
283.	Nulidades no processo de execução	321
284.	Imperfeição do título executivo.....	322
285.	Falta de título executivo.....	322
286.	Nulidade da execução fiscal.....	322
287.	Vício da citação.....	323
288.	Verificação da condição ou ocorrência do termo	324
289.	A arguição das nulidades	324
290.	A arrematação de bem gravado com direito real.....	325
291.	Arrematação de bem sujeito à penhora em favor de outro credor.....	326
292.	Execução realizável por vários meios	326
	I – Execução pelo meio menos gravoso	326
	II – Casos de agravamento da onerosidade da execução.....	327
293.	Peculiaridades da citação executiva.....	328

CAPÍTULO XIV ... EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

§ 33.	Procedimento próprio para a execução das obrigações de entrega de coisa	329
294.	Conceito	329
295.	Evolução da tutela relativa à entrega de coisa certa	329
296.	Procedimento.....	330
297.	Cominação de multa diária.....	332
298.	Regime dos embargos do executado.....	332
299.	Alienação da coisa devida	333
300.	Execução da obrigação substitutiva.....	333
301.	Execução de coisa sujeita a direito de retenção.....	334
302.	Embargos de retenção.....	335
303.	Execução para entrega de coisa incerta.....	336
304.	Medidas de coerção e apoio.....	336

CAPÍTULO XV – EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E NÃO FAZER

§ 34.	Procedimentos próprios das execuções das obrigações de fazer e não fazer	339
305.	O problema da execução das prestações de fato	339
306.	Fungibilidade das prestações.....	340
307.	<i>Astreinte</i> : a multa como meio de coação.....	340
	I – Revisão da multa	341
	II – Impossibilidade de realização da prestação.....	341
	III – Procedimento para exigência da multa periódica.....	341
308.	Distinções preliminares.....	342

309.	Princípios comuns.....	342
310.	Sistemas de execução de título judicial e extrajudicial que reconheça obrigação de fazer ou de não fazer.....	343
311.	Execução das prestações fungíveis.....	343
312.	Realização da prestação fungível por terceiro.....	344
313.	Inadimplência do terceiro contratante.....	345
314.	Realização da prestação pelo próprio credor.....	345
315.	O interesse que justifica a adoção do procedimento previsto no art. 817.....	346
316.	Autotutela prevista no atual Código Civil.....	347
317.	Execução das prestações infungíveis.....	348
318.	Execução das obrigações de não fazer.....	348

CAPÍTULO XVI – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA

§ 35.	Noções gerais	352
319.	O objetivo da execução por quantia certa.....	352
319-A.	Prestações vincendas.....	353
320.	Execução por quantia certa como forma de desapropriação pública de bens privados.....	353
321.	Espécies.....	354

CAPÍTULO XVII – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

§ 36.	Fase de proposição	355
322.	Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	355
323.	Proposição.....	355
324.	Procedimento da penhora e avaliação.....	357
	I – Realização da penhora.....	357
	II – Falta de nomeação de bens à penhora.....	357
	III – Intimação da penhora.....	357
325.	Arresto de bens do devedor não encontrado.....	358
326.	Honorários de advogado em execução de título extrajudicial.....	358
327.	Redução da verba honorária.....	359
328.	Majoração da verba honorária.....	359

CAPÍTULO XVIII – FASE DE INSTRUÇÃO (I)

§ 37.	Penhora	360
329.	A penhora como o primeiro ato expropriatório da execução forçada por quantia certa.....	360
330.	Natureza jurídica da penhora.....	361
331.	Função da penhora.....	362
332.	Efeitos da penhora perante o credor, o devedor e terceiros.....	363
333.	Penhora de imóvel, veículos e outros bens sujeitos a registro público.....	365
334.	Averbação da penhora no registro competente.....	368
335.	Lugar de realização da penhora.....	368
336.	Penhora de imóvel e veículos automotores localizados fora da comarca da execução.....	368
§ 38.	Objeto da penhora	370
337.	Bens penhoráveis e impenhoráveis.....	370
338.	Bens impenhoráveis.....	371
	I – Limitação da impenhorabilidade ao último salário mensal.....	374
	II – Limitação da impenhorabilidade a parte da remuneração.....	374

339.	Ressalva geral à regra da impenhorabilidade	379
340.	Ressalva da impenhorabilidade em relação aos bens móveis úteis ou necessários ao produtor rural.....	379
341.	A impenhorabilidade do imóvel de residência da família.....	379
341-A.	Renúncia à impenhorabilidade	382
342.	Impenhorabilidade sucessiva do bem penhorado em execução fiscal.....	382
342-A.	Pode a impenhorabilidade ser instituída por medida cautelar?.....	383
343.	Bens relativamente impenhoráveis	384
344.	As quotas ou ações de sociedades empresariais	384
345.	Limites da penhora	387
346.	Valor dos bens penhoráveis	387
347.	Escolha dos bens a penhorar	388
348.	A ordem de preferência legal para a escolha dos bens a penhorar	388
349.	Outras exigências a serem cumpridas na escolha do bem a penhorar, por qualquer das partes.....	390
350.	Penhora sobre os bens escolhidos pelo executado.....	390
351.	Dever de cooperação do executado na busca dos bens a penhorar	391
352.	Situação dos bens a penhorar	392
353.	Bens fora da comarca.....	392
§ 39.	Realização e formalização da penhora	394
354.	Penhora pelo oficial de justiça	394
355.	Penhora de bens em mãos de terceiro.....	394
356.	Dificuldade na localização dos bens a penhorar.....	395
357.	Frustração da diligência	395
358.	Resistência à penhora: arrombamento e emprego de força policial	395
359.	Auto de penhora pelo oficial de justiça e penhora por termo do escrivão.....	396
360.	Intimação de penhora.....	397
§ 40.	Penhoras especiais	398
361.	Particularidades da penhora de certos bens	398
362.	Penhora de dinheiro em depósito ou aplicação financeira.....	398
	I – Penhora <i>on-line</i>	398
	II – Indisponibilidade de ativos financeiros existentes em nome do executado	399
	III – Bacen Jud.....	400
	IV – Cancelamento de eventual indisponibilidade excessiva.....	400
	V – Cumprimento parcial do bloqueio	400
	VI – Intimação e defesa do executado.....	400
	VII – Indisponibilidade procedida em conta conjunta.....	401
	VIII – Decisão do juiz.....	402
	IX – Conversão da indisponibilidade em penhora.....	402
	X – Pagamento da dívida.....	402
	XI – Responsabilidade das instituições financeiras.....	402
	XII – Penhora <i>on-line</i> de conta de partido político	403
363.	Impenhorabilidade do saldo bancário.....	403
364.	Penhora de créditos e outros direitos patrimoniais	404
365.	Penhora sobre créditos do executado	405
366.	Sub-rogação do exequente nos direitos do executado	406
367.	Penhora de crédito do executado frente ao próprio exequente	406
368.	Penhora no rosto dos autos.....	407
369.	Penhora sobre créditos parcelados ou rendas periódicas	407

370.	Penhora sobre direito a prestação ou a restituição de coisa determinada.....	408
371.	Penhora de ações ou das quotas de sociedades personificadas.....	408
	I – Procedimento.....	408
	II – Diligências a serem adotadas pela sociedade após a penhora.....	408
	III – Liquidação das quotas ou ações.....	408
	IV – Prazo para cumprimento das diligências.....	409
	V – Leilão judicial das quotas ou das ações.....	409
	VI – Procedimento para as sociedades anônimas de capital aberto.....	409
372.	Penhora de direitos e ações.....	409
373.	Penhora de empresas, de outros estabelecimentos e de semoventes.....	410
374.	Penhora de edifícios em construção sob o regime de incorporação imobiliária.....	411
375.	Empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público.....	411
376.	Penhora de navio ou aeronave.....	412
377.	Penhora de imóvel integrante do estabelecimento da empresa.....	412
378.	Penhora de parte do faturamento da empresa executada.....	412
379.	Efetivação do esquema de apropriação das parcelas do faturamento.....	414
380.	Penhora <i>on-line</i> e preservação do capital de giro da empresa.....	415
381.	Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	416
	I – Conceito.....	416
	II – Procedimento.....	417
	III – Nomeação do administrador-depositário.....	417
	IV – O administrador-depositário.....	418
	V – Celebração de contrato de locação do móvel ou imóvel.....	418
	VI – Pagamento da dívida.....	418
382.	Efeitos da penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel ou imóvel.....	418
383.	Penhora de bem indivisível e preservação da cota do cônjuge ou coproprietário não devedor.....	419
384.	Multiplicidade de penhoras sobre os mesmos bens. Reunião das execuções.....	420
	384.1. Intimações de outros exequentes com igual penhora.....	421
	384.2. Requisitos da reunião de execuções.....	421
§ 41.	Alterações e resgate da penhora.....	424
385.	Modificações da penhora.....	424
386.	Substituição da penhora.....	425
387.	Substituição por iniciativa de qualquer das partes.....	425
388.	Substituição por iniciativa do executado.....	426
389.	Ausência de prejuízo para o exequente na substituição.....	427
390.	Menor onerosidade para o executado.....	427
391.	Substituição da penhora por fiança bancária ou seguro.....	428
392.	Remição da execução por quantia certa.....	429
§ 42.	Depósito e administração dos bens penhorados.....	431
393.	Depósito dos bens penhorados.....	431
394.	Escolha do depositário.....	431
395.	Depósito dos bens móveis, semoventes, imóveis urbanos e direitos aquisitivos sobre imóveis urbanos.....	431
396.	Depósito no caso de saldo bancário ou aplicação financeira.....	432
397.	Depósito em caso de penhora sobre joias, pedras e objetos preciosos.....	433
398.	Função do depositário.....	433
399.	Alienação antecipada dos bens penhorados.....	433
400.	Depositário comum e depositário administrador.....	434

401.	Responsabilidade do depositário	435
402.	Entrega de bens após a expropriação executiva	435
403.	Prisão civil do depositário judicial	436

CAPÍTULO XIX – FASE DE INSTRUÇÃO (II)

§ 43.	Expropriação	438
404.	Conceito	438
405.	Modalidades de expropriação	438
	I – Variações do ato expropriatório	438
	II – Ordem de preferência entre os meios expropriatórios	439
	III – Remição dos bens penhorados	439
406.	Avaliação	439
407.	O encarregado da avaliação	440
408.	Laudo de avaliação	441
409.	Dispensa da avaliação	441
410.	Avaliação de bem imóvel	442
411.	Avaliação e contraditório	442
412.	Repetição da avaliação	443
	I – Cabimento	443
	II – Realização especial de nova avaliação	444
	III – Regras a observar na segunda avaliação	444
	IV – Impugnação à avaliação	444
413.	Reflexos da avaliação sobre os atos de expropriação executiva	444
§ 44.	Adjudicação	446
414.	Introdução	446
415.	Conceito de adjudicação	446
416.	Requisitos da adjudicação	447
417.	Intimação do executado	447
418.	Depósito do preço	448
419.	Legitimação para adjudicar	448
420.	Adjudicação por credor	450
421.	Adjudicação por cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente do executado	450
422.	Prazo para a adjudicação	451
423.	Concurso entre pretendentes à adjudicação	452
424.	Auto de adjudicação	453
425.	Aperfeiçoamento da adjudicação	453
426.	Carta de adjudicação	454
427.	Remição do imóvel hipotecado	455
§ 45.	Alienação por iniciativa particular	456
428.	As atuais dimensões da expropriação judicial por meio de alienação por iniciativa particular	456
	I – Cabimento da alienação por iniciativa particular	456
	II – Procedimento	456
	III – Escolha do corretor ou leiloeiro público para a alienação por iniciativa particular	457
429.	O preço mínimo para a alienação por iniciativa particular	457
	I – Valor a observar na alienação	457
	II – Vantagens da alienação por iniciativa particular reconhecidas doutrinariamente	458
430.	Formalização da alienação por iniciativa particular	459
431.	Carta de alienação	459

I – Alienação de bem imóvel	459
II – Alienação de bem móvel	460
§ 46. Alienação em leilão judicial.....	461
432. Conceito de leilão judicial e arrematação	461
433. Espécies de hasta pública	461
434. Escolha do leiloeiro ou corretor de bolsa	462
435. Edital do leilão	462
436. Leiloeiro público.....	463
I – Deveres do leiloeiro.....	463
II – Remuneração do leiloeiro.....	463
436-A. Leilão eletrônico (particularidades)	464
437. Publicidade do edital	465
438. Intimação da alienação judicial ao devedor	466
439. Outras intimações da alienação judicial	466
I – Outros credores com direito incidente sobre os bens a leiloar.....	466
II – Titulares de direito real sobre o bem a leiloar.....	467
440. Adiamento do leilão	468
441. O leilão judicial.....	469
442. Aquisição do bem leiloado a prazo.....	469
I – Oportunidade para pleitear a aquisição a prazo	469
II – A proposta.....	470
III – Mora ou inadimplemento do adquirente	470
IV – Realização do leilão, não obstante a proposta de parcelamento	470
V – O cumprimento das prestações.....	471
443. Legitimação para arrematar.....	471
444. Forma de pagamento e formalização da arrematação.....	472
445. Auto de arrematação.....	473
446. Arrematação de imóveis.....	474
447. Requisitos mínimos da proposta de arrematação em prestações	475
448. Remédios contra os vícios da arrematação	476
449. Desistência da arrematação	476
450. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime anterior.....	477
451. Invalidez e ineficácia da arrematação no regime do CPC/2015.....	478
452. Natureza da perda de efeitos da arrematação	480
452.1. Invalidação da arrematação por preço vil ou defasado.....	481
453. Alienação de bens gravados com direitos reais em favor de terceiros	482
454. Procedimento para obtenção das medidas do art. 903 do CPC/2015.....	482
455. Arrematação realizada antes do julgamento dos embargos do devedor	482
456. Arrematação em execução provisória de título extrajudicial.....	483
457. Carta de arrematação.....	483
458. Arrematação e remição da execução	486
459. Efeitos da arrematação.....	487
460. Evicção e arrematação	487
461. Vícios redibitórios	488
462. Ação anulatória da arrematação.....	489
462.1. Prazo para propositura da anulatória	490
463. Remição dos bens arrematados	491
§ 47. Apropriação de frutos e rendimentos.....	492
464. Modalidade especial de expropriação	492

465.	Iniciativa.....	492
466.	Pressuposto	492
467.	Procedimento.....	493
468.	Pagamento ao exequente.....	493

CAPÍTULO XX – FASE DE SATISFAÇÃO

§ 48.	Pagamento ao credor de quantia certa	494
469.	Satisfação do direito do exequente.....	494
470.	Última etapa do processo de execução.....	495
§ 49.	Pagamento por entrega do dinheiro	496
471.	Entrega do dinheiro	496
	471.1. Levantamento a maior.....	496
472.	Concurso de preferência sobre o produto da execução	497
472-A.	Das preferências de direito substancial	498
473.	O privilégio superespecial dos créditos trabalhistas e dos honorários de advogado	499
474.	Procedimento do concurso particular.....	500

CAPÍTULO XXI – EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA

§ 50.	Execução de título extrajudicial que reconheça a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa a cargo do Poder Público.....	503
475.	Execução forçada contra a Fazenda Pública fundada em obrigação de quantia certa.....	503
	I – Título judicial (cumprimento de sentença)	504
	II – Título extrajudicial.....	504
476.	Defesa da Fazenda Pública.....	505
	I – Conteúdo dos embargos à execução.....	505
	II – Cumulação de execuções	505
	III – Arguição de incompetência	505
	IV – Arguição de suspeição ou impedimento	506
	V – Excesso de execução	506
477.	Julgamento	506
	I – Execução embargada.....	506
	II – Execução não embargada.....	506
	III – Honorários advocatícios.....	507
	IV – Erro e excessos nos cálculos homologados.....	507
	V – Ordem de preferência para o cumprimento dos precatórios. Credores idosos ou portadores de doença grave e pessoas deficientes.....	507
477-A.	Suspensão e extinção de executivos fiscais de pequeno valor.....	508

CAPÍTULO XXII – EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ALIMENTOS

§ 51.	Execução por quantia certa de título extrajudicial em matéria de alimentos	510
478.	Introdução.....	510
479.	Execução autônoma da prestação alimentícia.....	510
479-A.	Protesto e inscrição do devedor de alimentos em cadastros de inadimplentes	511
480.	Execução de alimentos fundada em título extrajudicial, segundo o CPC/2015.....	511
481.	Averbação em folha de pagamento	511
482.	Prisão civil do devedor	512
483.	Opção entre a execução comum por quantia certa e a execução especial de alimentos	513

Parte III – Oposição à Execução Forçada**CAPÍTULO XXIII – RESISTÊNCIA DO DEVEDOR E DE TERCEIROS**

§ 52.	Embargos à execução	515
484.	Resistência à execução	515
485.	Outros meios impugnativos.....	516
486.	Embargos e impugnação	517
487.	Natureza jurídica dos embargos à execução	520
488.	Classificação dos embargos do devedor.....	520
489.	Legitimação.....	521
490.	Autonomia dos embargos de cada coexecutado.....	522
491.	Competência.....	523
492.	Generalidades sobre o processamento dos embargos.....	524
493.	Segurança do juízo.....	526
494.	Prazo para propositura dos embargos do devedor	527
495.	Litisconsórcio passivo e prazo para embargar	528
496.	Rejeição liminar dos embargos	528
	I – Casos de rejeição liminar dos embargos	528
	II – Embargos intempestivos	529
	III – Inépcia da petição inicial e outros casos de indeferimento	530
	IV – Vícios sanáveis.....	530
	V – Natureza do indeferimento.....	530
	VI – Embargos manifestamente protelatórios.....	530
497.	Procedimento.....	532
498.	A multa aplicável aos embargos manifestamente protelatórios.....	532
499.	Cobrança das multas e indenizações decorrentes de litigância de má-fé.....	534
500.	Os embargos à execução e a revelia do embargado	535
501.	Efeitos dos embargos sobre a execução	537
502.	Atribuição de efeito suspensivo aos embargos.....	537
503.	Embargos parciais.....	538
504.	Embargos de um dos coexecutados.....	539
505.	Embargos fundados em excesso de execução.....	539
506.	Arguição de incompetência, suspeição ou impedimento	539
507.	Embargos de retenção por benfeitorias.....	540
508.	Matéria arguível nos embargos à execução	540
509.	Arguição de nulidade da execução	541
510.	Vícios da penhora e da avaliação	542
511.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.....	543
512.	Retenção por benfeitorias	544
513.	Defesas próprias do processo de conhecimento	544
514.	Pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente.....	545
515.	Autonomia dos embargos do devedor em relação à execução.....	546
516.	Embargos à adjudicação, alienação ou arrematação	547
517.	Legitimação para a ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	547
518.	Objeto da ação autônoma do art. 903, § 4º, do CPC/2015	548
519.	A posição especial do arrematante	549
520.	Exceção de pré-executividade.....	549
521.	Sucumbência na exceção de pré-executividade.....	551
§ 53.	Parcelamento judicial do crédito exequendo.....	553
522.	Moratória legal.....	553

XXVIII | CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – Vol. III – *Humberto Theodoro Júnior*

523.	Requisitos para a obtenção do parcelamento	553
524.	Procedimento do incidente.....	554
525.	Indeferimento do parcelamento.....	555
526.	Descumprimento do parcelamento	556
§ 54. Embargos de terceiro		558
527.	Visão geral.....	558
528.	Natureza da ação	558
529.	Legitimação ativa.....	559
530.	<i>Provocatio ad agendum</i>	561
531.	Legitimação passiva	561
532.	Valor da causa.....	561
533.	Competência.....	561
534.	Oportunidade	561
535.	Julgamento e recurso	562
536.	Procedimento.....	562
537.	Efeitos dos embargos quando há deferimento da liminar	562
538.	Efeitos do julgamento do mérito dos embargos.....	563
539.	Embargos de terceiro opostos por credor com garantia real.....	563
540.	Sucumbência na ação de embargos de terceiro.....	564

Parte IV – Insolvência Civil
CAPÍTULO XXIV – EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

§ 55. Execução concursal	567
541. Introdução	567
542. Execução coletiva e execução singular	567
543. Pressupostos da execução coletiva.....	569
544. Efeitos da declaração de insolvência.....	570
545. Características da execução coletiva.....	571
546. Algumas diferenças entre a falência e a insolvência civil.....	572
§ 56. Primeira fase do processo de insolvência	574
547. Apuração ou verificação da insolvência. Natureza jurídica do processo.....	574
548. Caracterização da insolvência	575
§ 57. Espécies de procedimentos concursais e iniciativa do processo	577
549. Legitimação.....	577
550. Insolvência requerida pelo credor.....	578
551. Caráter facultativo da ação concursal.....	579
552. Insolvência de cônjuges.....	579
553. Ausência de bens penhoráveis do devedor	579
§ 58. Procedimentos da execução coletiva.....	581
554. Procedimento da insolvência requerida pelo credor.....	581
555. Insolvência requerida pelo devedor ou seu espólio.....	582
§ 59. Competência para a execução concursal.....	585
556. Competência.....	585
§ 60. Sentença declaratória de insolvência	586
557. Declaração judicial de insolvência.....	586
§ 61. Administração da massa	588
558. O administrador da massa.....	588
559. Atribuições do administrador	589

§ 62. Concurso de credores.....	590
560. Verificação e classificação dos créditos	590
561. Credores retardatários e credores sem título executivo	591
562. Quadro geral de credores	592
I Quando não há impugnação de créditos.....	592
II – Quando há impugnação de crédito	592
§ 63. Satisfação dos direitos dos credores e finalização do processo	594
563. Apuração do ativo e pagamento dos credores	594
564. Encerramento e suspensão do processo	594
565. Saldo devedor	595
566. Extinção das obrigações	596
§ 64. Disposições gerais.....	599
567. Concordata civil	599
568. Pensão para o devedor	599
569. Insolvência de pessoas jurídicas	600
570. Editais	600

Parte V – Crises da Execução e Sistema Recursal

CAPÍTULO XXV – SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

§ 65. Vicissitudes do Processo Executivo.....	603
571. Suspensão da execução	603
572. Casos de suspensão	604
573. Suspensão prevista nos arts. 313 e 315 do CPC/2015	605
I Previsões do art. 313	605
II – Previsão do art. 315	606
III – Suspensão convencional.....	606
IV – Suspensão para parcelamento legal do débito	606
V – Suspensão por transação	606
574. Suspensão provocada por embargos.....	606
575. Suspensão por inexistência de bens penhoráveis.....	607
576. Suspensão e prescrição intercorrente	607
I – Execução por quantia certa	607
II – Outras modalidades de execução	609
577. A prescrição intercorrente e a jurisprudência do STJ anterior ao CPC/2015.....	610
578. Suspensão da execução e possibilidade de embargos do devedor	611
579. Suspensão da execução por falta de interessados na arrematação dos bens penhorados	611
580. Suspensão em razão do parcelamento do débito	611
581. Efeitos da suspensão	612
582. Extinção da execução	612
583. Extinção por indeferimento da petição inicial	613
584. Extinção por satisfação da obrigação (remição da execução).....	613
585. Extinção da dívida por qualquer outro meio	613
586. Extinção por renúncia	614
587. Extinção pela prescrição intercorrente	614
588. Outros casos de extinção da execução	614
589. Sentença de extinção.....	615
590. Coisa julgada	616

§ 66.	Recursos no processo de execução	619
591.	O problema recursal na execução	619
592.	Sentenças e decisões em matéria de execução e seus incidentes	619
593.	Casos de cabimento da apelação	620
594.	Casos de agravo de instrumento	620
595.	Efeitos dos recursos.....	620
596.	Desapensamento dos autos dos embargos para tramitação da apelação.....	621
597.	Causas de alçada.....	621
598.	Recursos extraordinário e especial	621

Parte VI – O Processo nos Tribunais

CAPÍTULO XXVI – NOÇÕES GERAIS

§ 67.	O processo nos tribunais	622
599.	Duplo grau de jurisdição.....	622
600.	Competência dos tribunais.....	622
601.	Características dos processos de competência originária dos tribunais.....	623
602.	Casos de competência originária dos tribunais	623
	I – Supremo Tribunal Federal.....	623
	II – Superior Tribunal de Justiça	624
	III – Tribunais Regionais Federais	624
	IV – Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.....	624
603.	Posição da matéria no Código de Processo Civil de 2015	625
604.	O funcionamento dos tribunais	626
605.	O sistema de julgamento dos tribunais	627
606.	A relevante função do relator	627
	I – Funções de natureza de gestão processual	628
	II – Funções de natureza decisória	628
	III – Ocorrência de fato superveniente à decisão recorrida ou existência de questão apreciável de ofício pelo tribunal.....	629
	IV – Vícios sanáveis	629
	V – Necessidade de produção de prova	629
607.	O rito do processamento e julgamento de causa no Tribunal.....	630
	I – Registro e distribuição	630
	II – Prevenção.....	630
	III – Relatório e voto do relator.....	630
	IV – Designação de dia para julgamento	630
	V – Ordem de julgamento	631
	VI – Sustentação oral.....	631
	VII – Sustentação oral nos incidentes de resolução de demandas repetitivas	632
	VIII – Julgamento do colegiado	632
	IX – Pedido de vista dos julgadores	633
	X – Retratação de voto.....	634
	XI – Resultado do julgamento.....	634
	XII – Relevância do voto vencido	634
	XIII – Julgamento não unânime de apelação, de ação rescisória e de agravo de instrumento (substitutivo dos extintos embargos infringentes).....	634
	XIV – Acórdão e publicação.....	637

XV – Documentação eletrônica do julgamento.....	638
XVI Não publicação do acórdão no prazo de trinta dias	638
XVII – Julgamento por meio eletrônico.....	638
XVIII – Julgamento virtual, por disciplina regimental	638
§ 68. Valorização da jurisprudência	641
608. A valorização da jurisprudência e o sistema de súmulas.....	641
608-A. Presença marcante do sistema de precedente ao longo de todo o CPC/2015.....	642
609. Jurisprudência e normas principiológicas e enunciadoras de cláusulas gerais.....	644
610. Características do sistema sumular.....	647
611. A posição do atual CPC sobre a força normativa da jurisprudência	647
612. Uniformização da jurisprudência e causas de massa	651
612-A. Uniformização da jurisprudência nos Tribunais Superiores por meio do regime especial de recursos repetitivos.....	652
613. Decisões e súmulas vinculantes e não vinculantes	654
613.1. Decisão do STF em regime de repercussão geral: formação de precedente vinculante.....	657
614. Regras a serem cumpridas pelos tribunais a respeito das respectivas jurisprudências.....	658
614-A. Otimização do sistema de precedente	660
614-B. Identidade entre o precedente e a causa nova.....	661
615. Publicidade e alteração da jurisprudência	663
615.1. Modulação da jurisprudência vinculante.....	664
616. A uniformização de jurisprudência no âmbito dos Juizados Especiais.....	664
616.1. A reclamação para o STJ após o advento do CPC/2015	666
617. Súmula jurisprudencial	667
618. Súmula vinculante.....	668
619. Regulamentação da súmula vinculante.....	669
I – Destinatários	669
II – Objeto.....	669
III Pressupostos.....	670
IV Procedimento.....	670
V – Legitimação	670
VI – <i>Amicus curiae</i>	671
VII – Vigência.....	671
VIII Processos pendentes.....	671
IX Processo administrativo.....	671
X – Reclamação	671
§ 69. Incidente de assunção de competência.....	673
620. Conceito	673
620-A. Natureza jurídica.....	674
621. Pressupostos.....	674
622. Procedimento.....	674
I – Requisitos	674
II – Legitimidade.....	674
III – Fases do procedimento	675
623. Efeitos da decisão.....	675
§ 70. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	676
624. O controle da constitucionalidade no direito brasileiro	676
625. Regulamentação legal	676

	I – Ação de declaração de inconstitucionalidade (controle direto).....	676
	II – Incidente de declaração de inconstitucionalidade (controle indireto)	677
626.	O incidente de arguição de inconstitucionalidade nos tribunais.....	677
627.	Objeto da arguição de inconstitucionalidade.....	678
628.	Iniciativa de arguição.....	678
629.	Momento da arguição	678
630.	Competência para apreciar o cabimento do incidente.....	679
631.	O julgamento da arguição.....	679
§ 71.	Conflito de competência	682
632.	Conflito de competência	682
§ 72.	Homologação de decisão estrangeira e concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	684
633.	A eficácia da decisão estrangeira.....	684
634.	O sistema nacional.....	684
635.	A homologação da decisão estrangeira.....	685
636.	Decisões estrangeiras homologáveis.....	685
	I – Decisão judicial definitiva e decisão não judicial que teria natureza jurisdicional no Brasil.....	685
	II – Decisão estrangeira para fins de execução fiscal.....	686
	III –Decisão arbitral estrangeira	686
	IV –Pendência de ação no Brasil.....	687
637.	Decisões estrangeiras que dispensam homologação	687
638.	Homologação parcial da decisão estrangeira	688
639.	Requisitos da homologação de decisão estrangeira.....	688
639-A.	Concorrência entre processos estrangeiro e nacional.....	689
640.	Natureza da decisão homologatória	690
641.	O procedimento da homologação.....	691
	I –Requerimento	691
	II – Arquivamento do pedido.....	691
	III – Citação e defesa.....	692
	IV –Manifestação do Ministério Público Federal.....	692
	V –Competência para o julgamento.....	692
	VI –Recurso contra o julgamento.....	692
642.	A execução	692
643.	Pedidos de urgência	693
643-A.	Rescisão da sentença estrangeira.....	693
644.	A concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória	693
645.	Execução de medida de urgência estrangeira.....	694
646.	Procedimento do <i>exequatur</i>	695
	I _Requisitos para o <i>exequatur</i>	695
	II – Competência.....	695
	III– Manifestação do Ministério Público Federal.....	695
	IV –Recurso contra decisão do Presidente.....	695
	V – Execução após o <i>exequatur</i>	696
§ 73.	Ação Rescisória	697
647.	Conceito	697
648.	Pressupostos.....	699
	I – Decisão de mérito transitada em julgado.....	699
	II – Prazo decadencial	700

III – Sentenças terminativas	700
IV – Decisões interlocutórias de mérito	700
V – Identificação das decisões de mérito.....	700
VI – Trânsito em julgado	701
649. Ação rescisória: decisão de mérito e decisão incidental de questão prejudicial	701
I – Coisa julgada sobre questão principal e questão prejudicial	701
II – Distinção entre os regimes da coisa julgada referente à questão principal e à questão incidental.....	702
650. Decisões terminativas rescindíveis	703
Rescindibilidade excepcional de decisão que não resolveu o mérito	703
II – Decisão terminativa que impede o reexame do mérito	704
651. Rescisão parcial	705
652. Casos de admissibilidade da rescisória	705
653. Prevaricação, concussão ou corrupção do juiz (art. 966, I).....	706
654. Impedimento ou incompetência absoluta do juiz (art. 966, II)	706
655. Dolo ou coação da parte vencedora (art. 966, III).....	707
656. Simulação ou colusão para fraudar a lei (art. 966, III)	708
657. Ofensa à coisa julgada (art. 966, IV).....	709
658. Violação manifesta de norma jurídica (art. 966, V)	710
I – Sistema do antigo CPC	710
II – Sistema do CPC/2015	711
III – Inovação da Lei nº 13.256/2016.....	713
IV – Rescisão da sentença no capítulo relativo aos honorários advocatícios sucumbenciais	714
658-A. Natureza da norma violada.....	714
658-B. Ofensa à norma reguladora dos honorários advocatícios sucumbenciais.....	714
659. Ofensa manifesta a norma e oscilação da jurisprudência.....	715
660. Ofensa à norma constitucional (ainda o art. 966, V)	716
660-A. Decisão que se fundamentou em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo STF ..	719
660-B. Decisão que deixou de aplicar lei por considerá-la inconstitucional, mas cuja constitucionalidade foi posteriormente declarada pelo STF	719
660-C. Ofensa à jurisprudência uniformizada pelo STJ	720
661. Falsidade de prova (art. 966, VI).....	720
662. Prova nova (art. 966, VII)	721
663. Erro de fato (art. 966, VIII).....	723
664. Ação anulatória: atos judiciais não sujeitos à ação rescisória.....	724
664-A. Divergência doutrinária acerca do cabimento da ação anulatória	725
664-B. Autocomposição e título executivo judicial.....	727
665. Atos sujeitos à ação anulatória.....	728
666. Atos não sujeitos à ação anulatória, pois demandam rescisória	729
667. Fundamentos da ação anulatória	729
668. Prazo para ajuizamento da ação.....	729
669. Natureza da ação	730
670. Sentença homologatória em processo contencioso	730
670-A. Anulação e rescisão de partilha.....	731
671. Legitimação	731
672. Legitimação do Ministério Público	733
673. Legitimação passiva	734
674. Citação tardia do litisconsorte necessário.....	735
675. Rescisão de decisão objetivamente complexa.....	735
676. Caução	736

677.	Competência.....	736
678.	O pedido: <i>judicium rescindens</i> e <i>judicium rescissorium</i>	738
678-A.	Valor da causa.....	739
678-B.	Restituição dos honorários advocatícios fixados na sentença quando a rescisória é acolhida.....	739
679.	Multa de 5% sobre o valor da causa.....	740
680.	A execução da sentença rescindenda.....	741
681.	Indeferimento da inicial.....	742
682.	Procedimento.....	743
682-A.	Revisor no processamento da ação rescisória, perante o STJ.....	745
683.	Natureza e conteúdo da decisão.....	746
683-A.	A verba sucumbencial da sentença rescindenda: custas e honorários de advogado.....	747
684.	A rescisória e os direitos adquiridos por terceiros de boa-fé.....	747
685.	Preservação de efeitos da sentença rescindida.....	750
686.	Rescisória de rescisória.....	751
687.	Prazo de propositura da ação rescisória.....	751
688.	Rescisão de sentença complexa ou de coisa julgada formada progressivamente.....	753
689.	A Súmula nº 401 do Superior Tribunal de Justiça.....	756
690.	Contagem do prazo.....	758
	I – Vencimento em férias forenses, recesso, feriados ou dia em que não houver expediente.....	758
	II – Termo inicial diferenciado.....	758
	III – Casos problemáticos.....	759
691.	Extinção da ação rescisória por abandono da parte.....	760
692.	Prorrogação de competência do STF e do STJ em matéria de rescisória.....	760
693.	Sentença nula de pleno direito.....	762
§ 74.	Incidente de resolução de demandas repetitivas.....	766
694.	Conflitos individuais e conflitos coletivos.....	766
695.	Natureza jurídica do incidente.....	767
696.	Força de coisa julgada e força executiva.....	768
696-A.	O conteúdo do julgamento que acolhe o incidente de resolução de demandas repetitivas... ..	768
697.	Cabimento do incidente.....	769
698.	Objetivos do incidente.....	771
699.	Incidente de resolução de demandas repetitivas e incidente de assunção de competência... ..	771
700.	Legitimidade para a promoção do incidente.....	773
701.	Incidente instaurado a partir de processo já em curso no tribunal de segundo grau.....	773
702.	Desistência ou abandono do processo.....	774
703.	Participação do Ministério Público.....	774
704.	Competência.....	775
705.	Detalhes do procedimento.....	775
	I – Registro e autuação.....	775
	II – Publicidade.....	775
	III – Primeiras deliberações do relator.....	776
	IV – A incomum amplitude do contraditório.....	777
	V – Intervenções no incidente.....	778
	VI – Encerramento das diligências.....	779
	VII – Sessão de julgamento.....	779
	VIII – Acórdão.....	779
	IX – Prazo para o julgamento do incidente.....	779
705.1.	Padronização de procedimentos administrativos relacionados com o julgamento dos casos repetitivos e do incidente de assunção de competência.....	779

706.	Força vinculante da decisão do incidente	780
	706.1. Força vinculante e teoria da distinção.....	781
	706.2. Identidade de questão e não de causa	782
707.	Publicidade especial	782
708.	Recursos	782
709.	Reclamação	784
710.	Revisão da tese firmada no incidente	785
§ 75.	Reclamação	787
711.	Histórico.....	787
712.	Natureza da reclamação	788
713.	Cabimento.....	788
	I – Casuísmo legal	788
	II – Abrangência da reclamação.....	789
	III – Inadmissibilidade da reclamação	790
	IV – Reclamação durante o cumprimento do acórdão.....	791
	V – Existência de outros remédios processuais.....	791
	VI – Reclamação em matéria de juízo de admissibilidade dos recursos ordinários	792
714.	Legitimidade	792
715.	Procedimento.....	793
	I – Petição inicial	793
	II – Autuação e distribuição.....	793
	III – Atos do relator.....	793
	IV – Impugnação do pedido.....	794
	V – Participação do Ministério Público.....	794
	VI – Procedência da reclamação.....	794
	VII – Acórdão.....	794
	VIII – Honorários de advogado.....	794

Parte VII – Recursos

CAPÍTULO XXVII – SISTEMA RECURSAL DO PROCESSO CIVIL

§ 76.	Recursos	797
716.	Conceito	797
717.	Recursos e outros meios impugnativos utilizáveis contra decisões judiciais	797
718.	Classificação dos recursos.....	799
	I – Quanto ao fim colimado pelo recorrente.....	799
	II – Quanto ao juízo que se encarrega do julgamento.....	799
	III – Quanto à extensão do reexame de um órgão sobre a matéria decidida por outro.....	800
	IV – Quanto aos motivos da impugnação	800
	V – Quanto à marcha do processo rumo à execução da decisão impugnada.....	801
719.	Fundamento e natureza do direito ao recurso.....	801
720.	Atos sujeitos a recurso	802
721.	Recursos admissíveis	803
	I – No primeiro grau de jurisdição (juízo de primeira instância), o CPC/2015 admite os seguintes recursos	803
	II – Quanto aos acórdãos dos tribunais, admite o atual Código os seguintes recursos.....	803
	III – Para as decisões de segundo grau, diferentes de acórdão, o atual Código prevê os seguintes recursos.....	804
722.	Reclamação	804

723.	Correção parcial.....	804
724.	A técnica de julgamento dos recursos.....	805
724.1.	Julgamento ampliado, em caso de falta de unanimidade	806
724.2.	Julgamento ampliado, em caso de agravo de instrumento e de ação rescisória.....	807
§ 77.	Princípios gerais dos recursos.....	808
725.	Princípios fundamentais dos recursos civis.....	808
726.	Enumeração dos princípios fundamentais observados pela sistematização legal dos recursos civis.....	809
727.	Princípio do duplo grau de jurisdição.....	809
728.	Princípio da taxatividade	812
729.	Princípio da singularidade.....	813
730.	Princípio da fungibilidade	814
731.	Princípio da dialeticidade	816
732.	Princípio da voluntariedade.....	817
733.	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias	817
734.	Princípio da complementaridade: inaplicabilidade aos recursos civis.....	818
735.	Princípio da vedação da <i>reformatio in pejus</i>	818
736.	A possível piora da situação do recorrente na hipótese do § 3º do art. 1.013 do CPC/2015	819
737.	Princípio da consumação.....	820
§ 78.	Disposições gerais relativas aos recursos civis.....	822
738.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos	822
739.	Objeto do juízo de admissibilidade: requisitos intrínsecos e requisitos extrínsecos.....	823
740.	Cabimento: atos judiciais recorríveis	823
741.	Tempestividade do recurso.....	823
	I – Prazo para o réu ainda não citado.....	825
	II – Prazo para o réu revel.....	825
	III – Recurso remetido pelo correio	825
	IV – Comprovação de feriado local.....	825
	V – Vista dos autos para a interposição do recurso.....	827
742.	Recurso interposto antes da publicação do julgado	828
743.	Recurso interposto antes do julgamento de embargos de declaração pendentes.....	829
744.	Casos especiais de interrupção do prazo de recurso	831
745.	Legitimação para recorrer.....	832
	I – Generalidades	832
	II – Requisito da sucumbência	832
	III – Litisconsórcio unitário.....	833
	IV – Discordância da fundamentação do julgado	833
	V – Recurso do vencedor	833
	VI – Terceiro prejudicado	833
746.	Particularidades do recurso de terceiro	835
747.	Recurso de terceiro e coisa julgada.....	837
748.	Interesse de recorrer e extinção do processo por meio de decisão em favor do recorrente...	837
749.	Legitimidade do Ministério Público para recorrer.....	838
750.	Singularidade do recurso	838
751.	Adequação e fungibilidade dos recursos.....	839
752.	Preparo	839
	I – Preparo e deserção.....	839
	II – Inovações do CPC/2015 em relação à deserção.....	840
753.	Motivação e forma	841

754.	Renúncia e desistência em matéria de recursos.....	843
	I – Fatos impeditivos.....	843
	II – Desistência do recurso	843
	III – Desistência dos recursos em tramitação no STJ e no STF	843
	IV – Renúncia do recurso	844
	V – Aspectos comuns da desistência e da renúncia	844
755.	Aceitação expressa ou tácita da sentença.....	844
756.	Recurso adesivo.....	845
757.	Julgamento singular e coletivo do recurso em segundo grau.....	847
758.	A recorribilidade necessária da decisão singular do relator	849
§ 79.	Efeitos da interposição do recurso	850
759.	Efeitos básicos do recurso: devolutivo e suspensivo.....	850
760.	Efeito substitutivo.....	850
761.	Efeito translativo.....	851
762.	Efeito expansivo.....	853
§ 80.	A apelação	854
763.	Conceito	854
764.	● CPC/2015 e a superação das dificuldades conceituais do Código anterior em relação à sentença.....	854
765.	Apelação e decisões incidentais excluídas das hipóteses de agravo de instrumento.....	855
766.	Interposição da apelação.....	855
767.	Efeitos da apelação	857
	I – Efeito devolutivo.....	857
	II – Efeito suspensivo.....	860
768.	Questão relevante a respeito do efeito devolutivo da apelação contra sentença terminativa....	861
769.	Questão de fato e questão de direito.....	863
770.	Vinculação do tribunal ao dever de julgar o mérito na hipótese do § 3º do art. 1.013.....	863
770-A.	Posição consolidada do STJ.....	865
771.	Prescrição e decadência.....	866
772.	A apelação e as nulidades sanáveis do processo.....	866
773.	Tutela provisória e o efeito suspensivo da apelação	867
774.	Recebimento da apelação	868
	I – Pelo juiz de primeiro grau	868
	II – Pelo tribunal <i>ad quem</i>	869
775.	A irrecorribilidade da sentença proferida em conformidade com súmula do STJ ou do STF	870
776.	Juízo de retratação: reexame da matéria decidida na sentença apelada por ato de seu próprio prolator.....	871
777.	Deserção	871
778.	Prazo para interposição da apelação	872
779.	Interposição de apelação antes do julgamento dos embargos de declaração	872
780.	Julgamento em segunda instância.....	873
	780.1. Julgamento com <i>quorum</i> ampliado	873
§ 81.	Agravo de instrumento	875
781.	Conceito	875
782.	Espécies de agravo.....	876
	I – Agravo de instrumento e agravo interno	876
	II – Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	876

III – Casos de agravo interno	877
IV – Síntese.....	877
783. Recorribilidade das decisões interlocutórias.....	877
783-A. Decisão interlocutória e mandado de segurança.....	878
784. Agravo de instrumento.....	879
784.1. Taxatividade dos casos questionáveis por meio de agravo de instrumento.....	881
784.2. Decisões interlocutórias do processo de recuperação judicial e falência	883
785. Prazo de interposição	883
786. Formação do instrumento do agravo	884
I – Conteúdo e instrução do recurso.....	884
II – Meios para a interposição do agravo.....	885
III – Vícios sanáveis ou ausência de peças obrigatórias no instrumento.....	885
787. Efeitos do agravo de instrumento	885
788. Processamento do agravo de instrumento.....	886
I – Juntada de cópia do agravo no juízo de primeiro grau	886
II – Atos do relator.....	887
789. O contraditório.....	889
790. Juízo de retratação do magistrado <i>a quo</i>	889
791. Julgamento do recurso pelo colegiado	890
I – Prazo para julgamento.....	890
II – Intervenção do Ministério Público.....	890
III – Sustentação oral.....	890
IV – Ampliação de julgamento.....	890
792. Encerramento do feito	890
793. Formação da coisa julgada antes do julgamento do agravo	891
§ 82. Agravo interno	894
794. Conceito.....	894
795. Procedimento.....	894
796. Efeitos do agravo interno.....	895
797. Sustentação oral.....	895
798. Fungibilidade.....	896
§ 83. Embargos de declaração	898
799. Conceito e cabimento.....	898
800. Pressupostos dos embargos de declaração.....	898
801. Obscuridade no julgamento	899
802. Contradição	900
803. Omissão	901
804. Hipóteses de omissão.....	903
805. Erro material.....	904
806. Compreensão extensiva do cabimento dos embargos de declaração.....	905
807. Procedimento.....	908
I – Proposição dos embargos.....	908
II – Julgamento.....	908
III – Contraditório	908
808. Prequestionamento	909
809. Efeito interruptivo.....	909
810. Recurso interposto antes dos embargos de declaração	911
811. Efeito suspensivo especial.....	912
811-A. Possibilidade de concessão de efeito suspensivo.....	913

812.	Efeito integrativo	914
813.	Embargos manifestamente protelatórios.....	914
	I – Sanções aplicáveis aos embargos protelatórios.....	914
	II – Embargos de prequestionamento para recursos especial e extraordinário.....	915
	III – Aplicação da penalidade aos embargos protelatórios.....	915

**CAPÍTULO XXVIII – RECURSOS PARA
O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E PARA O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

§ 84.	Recurso ordinário.....	919
814.	Introito.....	919
815.	Recurso ordinário para o STF.....	920
	I – Cabimento.....	920
	II – Requisitos de admissibilidade.....	920
	III – Interposição.....	920
	IV – Julgamento do mérito.....	921
	V – Concessão de efeito suspensivo.....	921
	VI – Fungibilidade.....	921
816.	Recurso ordinário para o STJ.....	921
	I – Cabimento.....	921
	II – Requisitos de admissibilidade.....	922
	III – Interposição.....	922
	IV – Recurso adesivo.....	922
	V – Julgamento do mérito.....	923
	VI – Concessão de efeito suspensivo.....	923
§ 85.	Recurso extraordinário e especial.....	925
817.	Recurso extraordinário.....	925
818.	Pressupostos do recurso extraordinário.....	925
819.	Repercussão geral das questões constitucionais debatidas no recurso extraordinário.....	931
820.	Conceituação legal de decisão que oferece repercussão geral.....	932
821.	Procedimento no STF.....	933
822.	Reflexos da decisão acerca da repercussão geral.....	934
	I – Sobre processos em curso em grau inferior de jurisdição.....	934
	II – Sobre outros recursos extraordinários em curso.....	934
	III – Desistência do recurso após reconhecimento da repercussão geral.....	936
823.	O procedimento regimental de apreciação da arguição de repercussão geral pelo Plenário do STF.....	936
824.	Formas de solução tácita da arguição de repercussão geral.....	937
825.	Procedimentos a serem adotados após o reconhecimento da repercussão geral.....	937
	I – Sobrestamento dos processos que versem sobre a mesma questão.....	937
	II – Recurso contra decisão de sobrestamento.....	938
	III – Recurso contra decisão de sobrestamento de recurso intempestivo.....	938
	IV – Julgamento do recurso extraordinário cuja repercussão geral foi reconhecida.....	938
826.	Função do recurso extraordinário.....	939
827.	Efeitos do recurso extraordinário.....	939
	I – Efeito apenas devolutivo.....	939
	II – Tutela de urgência no recurso extraordinário para obtenção do efeito suspensivo.....	940
828.	Processamento do recurso extraordinário.....	941
	I – Interposição.....	941
	II – Contraditório.....	941

	III – Juízo de admissibilidade.....	942
	IV – Casos em que não ocorrerá o juízo de admissibilidade no tribunal recorrido, com a subida do feito ao tribunal superior.....	942
	V – Juízo de admissibilidade negativo no tribunal recorrido.....	943
	VI – Recursos manejáveis em face do juízo que inadmite o recurso extraordinário (ou o especial).....	943
	VII – Outros poderes do presidente ou vice-presidente do tribunal recorrido.....	943
829.	O preparo dos recursos para o STF e para o STJ.....	944
830.	O recurso extraordinário por via eletrônica.....	945
831.	Julgamento do recurso e julgamento da causa.....	945
832.	Julgamento incompleto do recurso extraordinário, no juízo de revisão.....	947
833.	Poderes do relator.....	949
834.	Recurso especial para o STJ.....	950
	I – Cabimento do recurso especial.....	950
	II – Elasticidade do conceito de questão de direito.....	952
	III – Casuismo constitucional.....	953
	IV – Requisito básico.....	953
835.	Jurisprudência formada antes da Constituição de 1988.....	954
836.	Jurisprudência do STJ formada após a Constituição de 1988.....	955
836-A.	Juízo de cassação e juízo de reexame, no âmbito do recurso especial. Controle de constitucionalidade.....	960
837.	Recurso especial fundado em dissídio jurisprudencial.....	961
838.	Obtenção de efeito suspensivo excepcional para o recurso especial.....	962
839.	Concomitância de recurso extraordinário e recurso especial.....	963
840.	Fungibilidade entre o recurso especial e o recurso extraordinário.....	963
840-A.	Cabimento de recurso extraordinário contra decisão do STJ em recurso especial.....	964
840-B.	Reclamação concomitante ao recurso extraordinário.....	965
841.	Preferência do julgamento do mérito dos recursos especial e extraordinário.....	966
842.	Recurso especial e recurso extraordinário adesivo.....	967
§ 86.	Recursos especial e extraordinário repetitivos.....	970
843.	Introdução.....	970
844.	Os recursos especial e extraordinário repetitivos.....	970
845.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do tribunal de origem.....	972
	I – Iniciativa do procedimento.....	972
	II – Escolha dos recursos representativos.....	972
	III – Suspensão e retenção dos recursos que versem sobre causa idêntica.....	972
	IV – Decisão em torno da suspensão do processamento dos recursos extraordinário e especial, dentro do regime repetitivo. Recorribilidade.....	973
	V – Recurso contra a decisão de sobrestamento de recurso intempestivo.....	974
	VI – Não vinculação da Corte Superior aos recursos escolhidos pelo tribunal local.....	974
846.	Ampliação da técnica de julgamento de processos repetitivos aos demais tribunais.....	974
847.	Desistência do recurso-padrão.....	975
848.	Procedimento traçado nas causas repetitivas para observância do STJ e do STF.....	976
	I – Decisão de afetação.....	976
	II – Não afetação dos recursos selecionados.....	977
	III – Prevenção do Ministro relator.....	977
	IV – Prazo para julgamento dos recursos afetados.....	977
	V – Existência de várias questões de direito nos recursos requisitados aos presidentes ou vice-presidentes dos tribunais de justiça ou dos tribunais regionais federais.....	977

VI – Ausência de identidade entre a questão afetada e a discutida no recurso especial ou extraordinário suspenso.....	977
VII – Outros poderes do relator na Corte Superior	978
VIII – Julgamento.....	979
IX – Diversas possibilidades do julgamento dos recursos repetitivos	979
849. Efeitos do acórdão do STJ ou do STF nas causas repetitivas.....	980
I – Recursos sobrestados no STJ ou STF.....	980
II – Recursos sobrestados no tribunal de origem	980
III – Processos sobrestados em primeira instância ou no tribunal de origem.....	981
IV – Questão atinente à prestação de serviço público objeto de concessão, permissão ou autorização	982
V – Os recursos e os princípios da isonomia e da segurança jurídica	982
849-A. Revisão da tese firmada em recursos especial e extraordinário repetitivos.....	982
850. Desistência da ação em primeiro grau de jurisdição.....	982
§ 87. Agravo em recurso especial e extraordinário.....	985
851. O agravo em recurso especial e em recurso extraordinário	985
852. Cabimento do agravo para o tribunal superior e para o tribunal de origem	986
853. Interposição e contraditório	986
854. Remessa à Corte Superior	986
855. Julgamento	986
856. Interposição conjunta de recursos extraordinário e especial.....	986
§ 88. Embargos de divergência no STF e no STJ	989
857. Embargos de divergência no STF e no STJ	989
I – Cabimento.....	989
II – Prazo.....	990
III – Comprovação da divergência.....	990
IV – Decisão de inadmissão do recurso.....	990
V – Interrupção do prazo para interposição de recurso extraordinário	990
858. Alguns problemas superados pelo CPC/2015	991
859. Procedimento no STJ.....	992
860. Procedimento no STF.....	993
§ 89. O sistema recursal e a autoridade normativa dos tribunais superiores.....	995
861. Força vinculante da jurisprudência exercida por meio dos recursos	995
I – Fundamentos do Estado Democrático de Direito	995
II – Evolução do reconhecimento da força vinculante das decisões do Supremo Tribunal Federal	996
862. Ampliação da força vinculante da jurisprudência	998
§ 90. Direito intertemporal em matéria de recursos	999
863. Posição do atual Código.....	999
864. Princípios norteadores do direito intertemporal dos recursos	999
I – Normas gerais	999
II – Observações particulares sobre o agravo de instrumento.....	1001
III – Observações particulares sobre os embargos de declaração	1001
IV – Instruções administrativas do STJ	1002
§ 91. Disposições finais e transitórias	1003
865. Direito intertemporal.....	1003
I – Sistema adotado pelo CPC/2015.....	1003

XLII	CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL - Vol. III - Humberto Theodoro Júnior	
	II – Recursos e processos de competência originária dos tribunais.....	1004
	III – Procedimentos recursais.....	1004
866.	Direito probatório	1005
867.	Procedimento comum como regra geral.....	1005
868.	Cadastramento das pessoas jurídicas públicas e privadas para efeito dos atos de comunicação processual por via eletrônica	1005
869.	Execução contra devedor insolvente	1006
870.	Atos processuais eletrônicos e certificação digital.....	1006
871.	Trânsito em julgado de questões prejudiciais.....	1006
872.	Depósito judicial	1007
873.	Custas devidas à União, na Justiça Federal.....	1007
874.	Procedimentos dos juizados especiais cíveis	1007
875.	Embargos de declaração da Justiça Eleitoral	1008
876.	Alteração do Código Civil.....	1009
877.	Conselho Nacional de Justiça	1009
878.	Uniformização do prazo para agravo previsto em lei especial ou em regimento interno de tribunal	1009
879.	Instituição do reconhecimento extrajudicial de usucapião	1009
879-A.	Alguns detalhes do procedimento extrajudicial de reconhecimento de usucapião.....	1011
880.	Revogação de disposições existentes em outras leis	1012
881.	Situação especial em relação ao Código Civil.....	1017
882.	Pré-eficácia do novo Código de Processo Civil de 2015.....	1018
	Bibliografia.....	1019
	Índice dos Fluxogramas.....	1045